

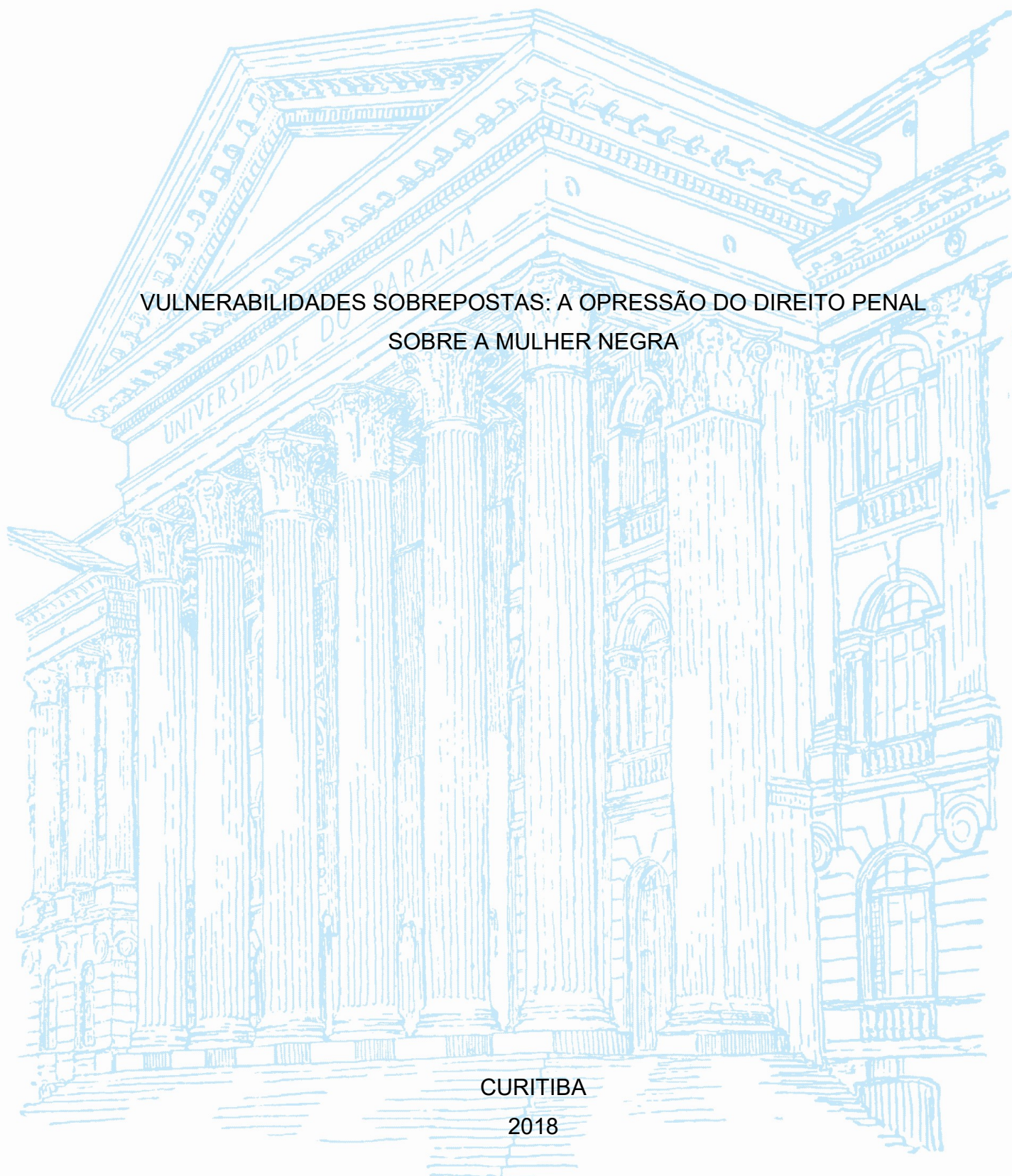
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALICE PADILHA DE CARVALHO

VULNERABILIDADES SOBREPOSTAS: A OPRESSÃO DO DIREITO PENAL
SOBRE A MULHER NEGRA

CURITIBA

2018



ALICE PADILHA DE CARVALHO

VULNERABILIDADES SOBREPOSTAS: A OPRESSÃO DO DIREITO PENAL
SOBRE A MULHER NEGRA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Priscilla Placha Sá

CURITIBA

2018

“Por racismo e elitismo
Pouco dela hoje se fala
Mas tamanho preconceito
Seu legado jamais cala
É por isso que eu lembro
E meu grito não entala”

(ARRAES, Jarid, Heroínas Negras Brasileiras)

AGRADECIMENTOS

A faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná me apresentou constantes desafios. Fazer parte dessa história foi um sonho, em muitos períodos, apesar das dificuldades, encontrei nesse prédio um abrigo e uma fonte de conhecimento e de vivências enriquecedoras. Neste lugar cresci, me transformei e aprendi. Tudo isso só foi possível graças ao apoio de familiares e amigos.

Assim, em primeiro lugar dedico meus agradecimentos à minha mãe, Eliseana, minha irmã, Luisa, e minha vó, Noemia, que são minha base, meus exemplos de mulheres fortes e determinadas, e constante fonte de inspiração. Minha admiração por vocês me faz querer ir além sempre. Agradeço especialmente minha mãe, que sempre alimentou meus sonhos e realizou diversos sacrifícios em sua vida para que eu conseguisse conquistá-los. Obrigada pelas pequenas coisas de todos os dias que tornaram minha vida mais simples, como com preocupações com meu café, ou me poupando de diversas tarefas, principalmente em tempos de provas e de correrias. Agradeço também ao meu tio Adilson, sempre presente em minha vida, com comidas deliciosas que alimentam o coração, sempre me fazendo rir, e com diálogos enriquecedores! Muito obrigada por tornarem minha vida mais leve! Por fim, agradeço também meu pai, Vinicius, que apesar da distância, sempre me apoiou financeiramente.

Às minhas amigas Carol, Débora, Fernanda e Isabelle minhas companheiras do início ao fim. Vocês são luz! A amizade de vocês significa muito para mim e sempre me orgulho de suas conquistas e de quem vocês são. Agradeço também Camilla, Victor, Nicole e Laura, que chegaram depois em minha vida, que são fonte de diálogo e me inspiram sempre. Obrigada por tornarem meus dias mais leves, com risadas, cafés, bares, viagens, e diversos momentos que recordarei sempre. Por fim, agradeço ao Lucas, sempre presente em minha vida, apesar de algumas discussões, sempre me ajuda a crescer e a ser uma pessoa melhor.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de estudar a interseccionalidade de gênero, raça e classe, a fim de demonstrar como esse entrelaçamento de opressões é considerado no direito penal, já que afeta mais intensamente as mulheres negras. Isso porque cerca de 50 milhões de mulheres no Brasil se autodeclaram como negras ou pardas, e apesar desse número expressivo, verifica-se que são vivenciadas diversas dificuldades por elas em razão da tripla opressão de gênero, raça e classe. Assim, no presente trabalho, inicialmente, é exposta a relação da mulher negra dentro do movimento feminista, o que é realizado através de uma perspectiva histórica. De um lado é exposta visão do feminismo hegemônico, que invisibiliza em diversos momentos a participação de mulheres negras nas chamadas ondas feministas, em seguida é evidenciada a presença da mulher negra. Ainda, é apresentada a categoria do feminismo negro, corrente que explora a interseccionalidade de raça, gênero e classe valorizando a experiências das mulheres negras em seu dia a dia. Subsequentemente, é explorada a relação da mulher negra no sistema penal, compreendendo a mutação de normas jurídicas que representavam a visão dogmática sobre elas. É apresentada a crítica quanto à posição controversa do movimento feminista, movimento progressista, de buscar o simbolismo penal quando trata de delitos de violência contra a mulher. A concepção criminológica sobre a mulher negra também é abordada de maneira crítica, observando a forma como a criminologia seleciona aqueles passíveis de proteção penal. É apresentada a visão sobre as mulheres negras na Criminologia clássica, Criminologia crítica e Criminologia crítica feminista. O trabalho realiza uma análise do delito de feminicídio, por representar um ato fatal, consequência das múltiplas violências de gênero sofridas pelas mulheres. Por fim, são apresentados dados sobre os assassinatos dolosos de mulheres no Brasil, comparando os números relativos a mulheres negras em comparação com às mulheres brancas.

Palavras-chave: Mulher Negra. Feminismo. Direito Penal. Feminicídio. Criminologia Feminista.

ABSTRACT

The present work has the objective of working the intersectionality of gender, race and class, in order to demonstrate how this entanglement of oppressions is considered in criminal law, since it affects black women more intensely. This is because about 50 million women in Brazil are self-described as black or brown, and despite this expressive number, it is verified that they are experiencing several difficulties because of the triple oppression of gender, race and class. Thus, in the present work, initially, the relation of the black woman within the feminist movement is exposed, which is realized through a historical perspective. On one side is exposed the vision of hegemonic feminism, which invisibilizes at various moments the participation of black women in the so-called feminist waves, next is evidenced the presence of the black woman. In addition, the category of black feminism, which explores the intersectionality of race, gender and class, is presented, valuing the experiences of black women in their daily lives. Subsequently, the relation of the black woman in the penal system is explored, understanding the mutation of legal norms that represented the dogmatic vision on them. The criticism is presented as to the controversial position of the feminist movement, a progressive movement, to seek criminal symbolism when it comes to crimes of violence against women. The criminological conception of black women is also critically approached by looking at how criminology selects those who are subjects to criminal protection. It presents the vision on black women in classical Criminology, Critical Criminology and feminist Critical Criminology. The work analyzes the crime of femicide, as it represents a fatal act, a consequence of the multiple gender violence suffered by women. Finally, statistics data on the intentional murders of women in Brazil are presented, comparing numbers concerning black women compared to white women.

Keywords: Black Women. Feminism. Criminal Law. Femicide. Feminist Criminology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 FEMINISMO OU FEMINISMOS: A FALSA UNIFORMIDADE CRIADA PELO FEMINISMO HEGEMÔNICO	19
2.1 AS ONDAS HEGEMÔNICAS DO MOVIMENTO FEMINISTA.....	20
2.1.1 Primeira onda feminista.....	21
2.1.2 Segunda onda feminista.....	23
2.1.3 Terceira onda feminista.....	26
2.2 A MULHER NEGRA EM DESTAQUE NO MOVIMENTO FEMINISTA.....	28
3 DIREITO PENAL E A MARGINALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA	39
3.1 DIREITO PENAL E A MULHER NEGRA.....	41
3.2 CRIMINOLOGIAS FEMINISTAS	48
4 A MULHER NEGRA EM BUSCA DA PROTEÇÃO PENAL	58
4.1 O FEMINICÍDIO COMO CONDUTA ANTIJURÍDICA	60
4.2 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADES EM NÚMEROS.....	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

1 INTRODUÇÃO

**“Quando a mulher negra se movimenta,
toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”¹**

É notório que o estudo sobre opressões é estrutural para compreender as relações de poder na sociedade. Ao observar a posição da mulher negra na sociedade brasileira, verificam-se verdadeiros abismos entre a posição dessas frente a de homens brancos, homens negros e mulheres brancas. Apesar de a igualdade ser um direito fundamental, materialmente isso não é observado por subsistirem marcas de segregação, machismo e classismo, que prejudicam aqueles que preenchem paralelamente mais de um eixo de opressão.

Segundo as pesquisas do IBGE a categoria “negra” corresponde a soma das populações autodeclaradas como “negra e parda”, dessa maneira, aproximadamente, 50 milhões de mulheres no país assim se identificam². Em anos anteriores o número de mulheres que se identificavam como negras era menor, por exemplo, em 2002 apenas 40 milhões se auto declararam como da categoria “negra”. Este aumento significativo de mulheres negra não se relaciona com taxas de natalidade, mas com uma mudança na forma como as pessoas se reconhecem em razão da valorização da cultura negra. Valorização esta, conquistada por meio de movimentos sociais que em busca de menos desigualdade passaram a expor essa questão incansavelmente até chegar nas pautas governamentais. A partir de 2003, foi institucionalizada pela primeira vez no Brasil uma agenda sobre a promoção da igualdade racial, e não coincidentemente, neste ano já é possível notar o crescimento dessa população³.

Inicialmente, é necessário estabelecer que o presente trabalho tem como tema central a interseccionalidade de raça, classe e gênero, assim, esse trabalho trata das mulheres negras do Brasil. Não procura criar diferenças entre mulheres negras e não negras, ou diminuir sua importância, desvalorizar suas lutas e conquistas. Pretende apontar o caráter subordinado das pautas das mulheres

¹ Frase da filósofa estadunidense Angela Davis.

² BRASIL. Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Org. MARCONDES, Mariana Mazzini; et al. Brasília: Ipea, 2013. p. 19.

³ BRASIL. Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Org. MARCONDES, Mariana Mazzini; et al. Brasília: Ipea, 2013. p. 19/20.

negras na sociedade e com isso ressaltar a sua importância. Ainda, tem-se como premissa desse estudo avaliar se influencia, e de que maneira isso acontece, na ação penal quando a mulher que necessita da proteção penal soma as opressões de gênero, raça e classe.

O estudo foi motivado pela constatação da invisibilidade de debates teóricos e estudos sobre as mulheres negras na área do Direito. Isso pode ser explicado a partir do conceito de campo científico de Bourdieu, trata-se de um “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”⁴. Esse espaço é relativamente autônomo e dotado de leis próprias a que estão submetidos seus agentes, que são os responsáveis por transformar ou preservar as estruturas do campo. Os agentes sociais possuem disposições adquiridas em razão de sua trajetória social e origem, esses fatores determinam se as estratégias deste se orientam para conservar a estrutura ou modificá-la⁵.

Assim, a invisibilidade da mulher negra no feminismo, no direito penal e na criminologia pode ser explicada pela baixa existência de agentes nesses campos de conhecimento que se relacionam com o tema, o que dificulta as possibilidades desses temas ganharem importância no meio acadêmico⁶. A forma que pesquisadores críticos escolhem abordar a questão de gênero e raça influencia para que essas categorias permaneçam afastadas das escolhas teóricas e metodológicas⁷.

O primeiro capítulo apresenta a relação das mulheres negras com o movimento feminista. Para isso, faz-se a apresentação de uma perspectiva histórica a partir das três ondas feministas, que representam transformações do movimento. Pretende-se evidenciar que apesar de movimento feminista não ser uno, existem versões históricas que se impõe a outras. A corrente hegemônica do movimento feminista reuniu em suas discussões um conjunto difuso e complexo de interesses

⁴ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 20.

⁵ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 29.

⁶ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 29-30.

⁷ FREITAS, Felipe. Novas perguntas para criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. *Criminologia crítica, questão racial e racismo*. Caderno do CEAS – **Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, n. 238, p. 488-499, 2016. p. 491-492.

coletivos que identificamos como interesses femininos. Entretanto, isso aconteceu de maneira a homogeneizar as pautas femininas, o que não se aplica totalmente às mulheres negras, já que essas sofrem com a opressão inter-relacional. Assim, o objetivo é conhecer e destacar a presença da mulher negra na história do feminismo, desmistificando que este foi construído apenas por mulheres brancas.

Dado que algumas das pautas do movimento feminista relacionam-se com a criminalização de condutas, questiona-se se o Direito Penal é o melhor meio de tutelar as violências de gênero? Ainda, se o sistema penal, nas demandas de violência contra a mulher, atua sem assimilar o preconceito de raça, classe e gênero? Assim, no segundo capítulo é realizada uma leitura crítica sobre o sistema penal, apontando suas funções reais e mazelas. Foi realizado um panorama histórico do código penal, apontando mudanças e evoluções legislativas relacionadas às mulheres. É pressuposto desse capítulo a inexistência de legisladores e aplicares do direito neutros. Foi apresentada uma visão criminológica em relação a mulher negra também, partiu-se da visão da criminologia clássica, retomando os postulados de Nina Rodrigues, e a evolução do pensamento apresentando a proposta da criminologia feminista.

No terceiro capítulo buscou-se abordar a significação do Direito Penal na vida daquelas que procuram a sua tutela. É realizado um estudo sobre a tipificação do feminicídio, buscando compreender seus fundamentos e a relação com a violência doméstica. Por fim, são analisados dados sobre os homicídios dolosos de mulheres no Brasil, a fim de questionar a normalização da violência contra a mulher negra.

2 FEMINISMO OU FEMINISMOS: A FALSA UNIFORMIDADE CRIADA PELO FEMINISMO HEGEMÔNICO

Inicialmente, o presente capítulo busca resgatar o histórico do movimento feminista organizado. Todavia, preliminarmente, é primordial destacar que o movimento feminista não é uno e singular, nem possui apenas uma única posição ideológica. Logo, não há apenas uma perspectiva histórica que o represente. Nesse sentido, pode ser mais adequado falar-se em feminismos, pois “múltiplas taxonomias de abordagens da questão da mulher podem ser construídas, dependendo da perspectiva teórico-metodológica assumida pelo autor”⁸.

Tendo em vista essas múltiplas abordagens teóricas, é necessário exaltar um movimento que represente e empodere todas as mulheres, algo que não pode ser realizado de forma simplista ou considerando objetivos do ponto de vista de uma única classe, por isso, é preciso “aprender a erguer-nos enquanto subimos”⁹.

No entanto, da mesma forma que na história tradicional, no feminismo a narrativa hegemônica apresenta a história dos vencedores e por isso deixa de lado as mulheres negras e sua participação no movimento ao longo da história. Dessa maneira, o enfoque histórico que será apresentado inicialmente é a perspectiva hegemônica, essencial para compreender as mudanças que ocorrem no movimento feminista, já que este vem problematizando a si mesmo, produzindo a sua própria teoria e reflexão crítica¹⁰.

Nessa toada, não obstante o feminismo ter propagado em sua história, como manifestação de sua identidade o conceito de “sororidade”, o qual propõe que “a ideia é força de unificação das mulheres, admitidas como iguais em sua biologia, aglutinadora de energias numa luta comum contra a desigualdade em relação aos

⁸ SAFFIOTI, Heleieth B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986. p. 105.

⁹ “*Lifting as we climb*” foi o lema escolhido pela *National Association of Colored Women’s Clubs* e representa muito o primeiro capítulo do livro *Mulheres, Cultura e Política* de Angela Davis. Isso porque a autora ressalta constantemente a necessidade de uma igualdade profunda e intensa dentro do movimento feminista, articulando as pautas de mulheres de todas as origens raciais, bem como sua posição de classe, “em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco”. DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2017. p. 17.

¹⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 30/06/2018. p. 15.

homens”¹¹, isso é realizado de forma homogeneizadora e oculta as desigualdades existentes entre as mulheres¹². Por esse motivo, Mohanty aponta as dificuldades enfrentadas por mulheres de países de “Terceiro Mundo” que se apropriam de um discurso feminista hegemônico e monolítico, em que não há coalizão entre os aspectos de gênero raça e classe social¹³.

Mohanty ainda afirma que a homogeneização do feminismo acaba apagando as experiências diferentes de mulheres em seus respectivos países, e como consequência, suprime as formas marginais de resistência¹⁴. Assim, em um segundo momento, será apresentada uma crítica quanto à esta narrativa histórica, demonstrando que o movimento feminista é muitas vezes identificado como um movimento de mulheres brancas, de classe alta e média, além disso, eurocêntrico. Pretende-se, dessa maneira, compreender a relação da mulher negra com o feminismo. O capítulo irá se referir às mulheres negras brasileiras, mas também às mulheres negras estadunidenses, já que ambas sofreram com a imposição de um regime escravista e lutaram contra ele.

2.1 AS ONDAS HEGEMÔNICAS DO MOVIMENTO FEMINISTA

As mulheres, ao longo da história da humanidade, sofreram com a opressão estrutural do patriarcado e, por conta disso, não é possível precisar exatamente quando a luta feminista iniciou, já que possíveis registros dessa luta foram

¹¹ COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.spe, p.23-36, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30/06/20018. p. 25.

¹² COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.spe, p.23-36, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30/06/20018. p. 25.

¹³ A autora utiliza a expressão países de “Terceiro Mundo”, e considera que o feminismo hegemônico advém dos países de “Primeiro Mundo” (anglo-saxões e europeus), que colonizam as complexidades e conflitos centrais que caracterizam as vidas de mulheres criando uma “Diferença do Terceiro Mundo”. MOHANTY, C. T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2*, Durham, v. 12, n. 3, **On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism**. Spring - Autumn, p. 333-358, 1984. Disponível em: <http://www2.kobeu.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf>. Acesso em: 06/07/2018. p. 334-335.

¹⁴ “This mode of feminist analysis, by homogenizing and systematizing the experiences of different groups of women in these countries, erases all marginal and resistant modes of experiences” MOHANTY, C. T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2*, Durham, v. 12, n. 3, **On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism**. (Spring - Autumn, 1984), pp. 333-358. Tradução livre. Disponível em: <http://www2.kobeu.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf>. Acesso em: 06/07/2018. p. 352.

neutralizados¹⁵. Dessa forma, “não é possível afirmar certamente sobre a existência de grupos organizados de mulheres que se opunham à desigualdade, apenas personalidades e ataques de forma individualizada, mascarando seu aspecto de gênero”¹⁶. Posto isso, o presente trabalho abordará uma perspectiva histórica que terá início no fim século XIX, quando foi verificado um grau mais elevado, ou ao menos registrado, na organização de mulheres.

É recorrente a divisão histórica do feminismo em três fases, conhecidas como ondas do movimento feminista, que representam momentos de lutas e de mudança do enfoque da atuação e, organização, nas quais se assumem diferentes posições políticas e pautas de reivindicação.

2.1.1 Primeira onda feminista

A primeira onda do feminismo teve início nas duas últimas décadas do século XIX, quando começou a organização de mulheres em busca de direitos formais, reservados apenas para os homens, como direitos políticos, acesso à educação, direito ao trabalho e à vida pública¹⁷. Com a solidificação do capitalismo e a crescente industrialização alterou-se a ordem social, política e econômica, e estas mudanças influenciaram a vida das mulheres. Entretanto, elas continuaram tendo seus direitos negados¹⁸.

A mobilização na Inglaterra e nos Estados Unidos dessas mulheres, conhecidas como *sufragetes*, tinha cunho liberal, burguês e era principalmente ligado às mulheres brancas de classe média, que promoviam manifestações e lutas pacifistas buscando o direito ao sufrágio universal. Isso ensejaria seu acesso ao

¹⁵ BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. *InSURgência*: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 198-210, 2015. p. 199.

¹⁶ BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. *InSURgência*: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 198-210, 2015. p. 199.

¹⁷ BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. *InSURgência*: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 198-210, 2015. p. 199-200.

¹⁸ GURGEL, Telma. **Feminismo e Luta de Classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Disponível em: <<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASS.pdf>>. Acesso em: 02/07/2018. p. 3.

parlamento e, por consequência, a oportunidade para alterações no ordenamento jurídico. Em 1918, as mulheres inglesas conquistaram o direito ao voto.

No Brasil, nesse primeiro momento histórico, a busca pelo voto era a principal reivindicação do movimento liderado por Bertha Lutz. Havia, ainda o movimento das operárias de ideologia anarquista reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”, que buscavam melhores condições para as trabalhadoras das fábricas e pelo trabalho sem autorização do marido¹⁹. O esforço pelo sufrágio universal não se caracterizava como um movimento com iniciativa popular, mas sim de mulheres de classes médias e abastadas que promoveram a luta por isonomia em relação a homens de sua classe social²⁰.

O movimento da primeira onda perdeu a força nas décadas de 30 e 40, já que muitas lutas, como o voto e acesso à educação, foram conquistadas, bem como conseguiram ingressar no mercado de trabalho, pois a Segunda Guerra Mundial obrigou os homens a deixar seus postos de trabalho para ir ao front de batalha²¹. Com isso, surgiu a necessidade de as mulheres ingressarem no mercado de trabalho para suprir as necessidades da Guerra.

Ainda, com as ideologias nazista e fascista, os papéis de gênero foram cada vez mais incorporados e determinados como naturais. Dessa maneira, com o fim da Guerra Mundial, os homens retornaram as suas casas e retomaram seus postos de trabalho, enquanto as mulheres voltaram a ser reserva de mão-de-obra²². Fica claro, portanto, que os direitos conquistados pelas mulheres no período da Segunda Guerra apenas ocorreram em consequência de confluir com as necessidades econômicas do período.

Devido ao fato de o trabalho feminino ser considerado suplementar ao do homem, esse se desvalorizou novamente com o apoio estatal e da mídia, que

¹⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 16.

²⁰ COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.spe, p.23-36, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03/07/2018. p. 28.

²¹ BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 198-210, 2015. p. 199-200.

²² ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo?**. São Paulo: Ed. Abril cultural; Brasiliense, 1985. p. 50.

reforçaram os papéis de mãe e doméstico da mulher²³. O *locus* da mulher permaneceu sendo o privado.

2.1.2 Segunda onda feminista

Com o movimento *hippie* e o maio de 68 em Paris, surgiu a segunda onda feminista a partir do fim da década de 1960²⁴, especialmente nesse momento em que há o objetivo de indagar parâmetros políticos impostos na sociedade²⁵. A segunda fase do feminismo, no período de 1960 a 1980, apresenta-se como um movimento de caráter libertário, que tem o propósito de conquistar uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, bem como liberdade para decidir sobre o seu corpo²⁶.

Grande marco teórico desse período foi Simone de Beauvoir com o livro “O Segundo Sexo”, no qual a autora desnaturaliza o papel social da mulher²⁷ e afirma, ao questionar a origem cultural da desigualdade de gênero:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*.²⁸

Além de questionar o papel social atribuído a mulher, foi inserido na luta do movimento diversas frentes que denunciavam o patriarcado como forma de opressão e o poder político exercido através da dominação masculina e

²³ ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo?**. São Paulo: Ed. Abril cultural; Brasiliense, 1985. p. 50-51.

²⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 16.

²⁵ OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O Movimento Feminista: algumas considerações bibliográficas. In: **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf>. p. 2.

²⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 16.

²⁷ ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo?**. São Paulo: Ed. Abril cultural; Brasiliense, 1985. p. 54.

²⁸ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 11.

inferiorização das mulheres em todos os âmbitos da sociedade²⁹. Por isso, “a liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal”³⁰, assim, a relação patriarcal contamina o Estado sendo uma forma de expressão do poder político, baseada tanto na ideologia quanto na violência³¹.

As feministas do período procuram romper com as relações de poder que constituem a dicotomia público-privado, e o fazem por meio da afirmação de que o “pessoal é político”, uma vez que a separação de tais esferas é base do pensamento liberal sobre política e poder público³². Segundo essa linha, o “público” relaciona-se com o Estado, suas instituições e tudo que for classificado como político; já o “privado” é relativo a vida doméstica, familiar e pessoal, sem remeter à política. Por isso, o mote que se tornou bandeira do movimento no período quer evidenciar o caráter político da sua opressão, vivenciada de sua forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal³³.

No período, eram centrais as reivindicações pelo direito de dispor autonomamente sobre sua própria vida através da apropriação de seu corpo, pelo direito ao aborto, pela sexualidade livre fora dos padrões heteronormativos, bem como “o confronto com o modelo patriarcal de família e com a invisibilidade jurídica da mulher, a qual após o casamento perderia todos os direitos civis e passaria a depender da autorização do marido para qualquer ato, até mesmo conseguir emprego”³⁴.

Na América Latina, a luta feminista diverge de países como Estados Unidos e europeus em virtude da ditadura militar que foi imposta na maioria dos países,

²⁹ BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. *InSURgência*: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2015, p. 198-210. p. 201.

³⁰ PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.16-17.

³¹ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2ª reimpressão. São Paulo: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015. p.47-49.

³² TIMOTEO, Carolina Quieroti. As Transformações do Movimento Feministas no Brasil e sua Relação com a América Latina. In: **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. Anais...Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/v7_carolina_GVII.pdf>. Acesso em: 02/07/2018. p. 92.

³³ TIMOTEO, Carolina Quieroti. As Transformações do Movimento Feministas no Brasil e sua Relação com a América Latina. In: **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/v7_carolina_GVII.pdf>. Acesso em: 02/07/2018. p. 92.

³⁴ GURGEL, Telma. **Feminismo e Luta de Classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Disponível em: <<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASS.pdf>>. Acesso em: 02/07/2018. p. 6.

razão pela qual o movimento não tinha um mote libertário³⁵. Assim sendo, o movimento feminista se organizou entre grupos guerrilheiros, participantes do movimento estudantil, partidos políticos progressistas e por mulheres que foram forçadas a se exilarem de seu país e muitas vezes sofriam com a discriminação dentro dos movimentos de esquerda³⁶. Isso demonstrava um intenso compromisso político, advindo principalmente das mulheres de classe social média e alta intelectuais³⁷.

Outra diferença importante a destacar entre o feminismo brasileiro do europeu e estadunidense é que, em razão do período militar, o projeto aqui realizado peculiarmente tinha o interesse de realizar uma reforma social, o que incluía garantir e promover os direitos da mulher e ainda a participação de setores mais populares³⁸.

Em 1970, enquanto no Brasil as mulheres organizavam manifestações e jornais porta-vozes do feminismo, na Europa as mulheres se reuniam e começavam a ter contato com o feminismo daquele continente. Inclusive, o Círculo da Mulher em Paris lançou, em 1976, uma Carta Política expondo as dificuldades vividas por aquelas que lutavam contra o autoritarismo do período militar³⁹.

O ano de 1975 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, o que colaborou com a consolidação de grupos feministas⁴⁰. Ainda, no mesmo ano aconteceu no México a I Conferência Internacional da Mulher, local em que foram declarados pela ONU, os próximos dez anos como a década da mulher. Como consequência de tais eventos internacionais,

³⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 16.

³⁶ OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O Movimento Feminista: algumas considerações bibliográficas. In: **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf>. p. 3

³⁷ GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 211-221, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000300023&lng=en&nr=1>. Acesso em: 04/07/2018. p. 213.

³⁸ MOLYNEUX, Maxine. **Movimientos de Mujeres en América Latina: un estudio teórico comparado**. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia, 2003. p. 269.

³⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 17.

⁴⁰ OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O Movimento Feminista: algumas considerações bibliográficas. In: **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf>. p. 3.

o Centro de Informações da ONU no Brasil realizou uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”⁴¹.

2.1.3 Terceira onda feminista

No fim dos anos 80 e início da década de 90 surge a terceira onda feminista. Em um cenário internacional, regido por políticas neoliberais que possuíam tendências repressivas influenciadas por um mercado globalizado, isso refletiu nos movimentos sociais, posto que havia um ambiente desfavorável ideológica e economicamente⁴². Este terceiro momento surge em razão de fortes críticas acadêmicas realizadas por feministas ao movimento da segunda onda, especialmente por a terceira onda convergir teoricamente com o movimento pós-moderno filosófico, conhecido como o pós-feminismo⁴³.

A proposta desse novo período foca no estudo da alteridade e da diversidade na produção de um discurso subjetivo, e por isso realizavam fortes críticas ao movimento anterior que não evidenciava essas questões e homogeneizava a opressão das mulheres, sem realizar distinções⁴⁴. Assim, buscavam a “desconstrução da categoria ‘mulher’ como um sujeito coletivo unificado que partilha as mesmas opressões, os mesmos problemas e a mesma história”⁴⁵. A fim de mudar esse paradigma, foi introduzida a utilização do conceito de gênero, compreendido como uma rejeição da divisão binária de gênero, enfatizando que há uma construção social⁴⁶.

⁴¹ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 17.

⁴² BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 198-210, 2015. p. 202.

⁴³ BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 198-210, 2015. p. 202.

⁴⁴ NARVAZ, Marta; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, vol. 11, nº 3, Maringá, p.647-654, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722006000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/07/2018. p. 649.

⁴⁵ SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As Três Ondas do Movimento Feminista e suas Repercussões no Direito Brasileiro. In: **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI**. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 11/07/2018. p.337.

⁴⁶ SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As Três Ondas do Movimento Feminista e suas Repercussões no Direito Brasileiro. In: **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI**. Disponível em:

O Feminismo da Diferença buscou ampliar os debates, questionando o padrão, até então preponderante de movimento branco de classe média-alta, com uma multiplicação dos discursos científicos e sociais, tornando o movimento mais plural, todavia, sem minimizar ou objetivar o conceito da diferença⁴⁷. Sobre o tema, as autoras de Meneghel, Farina e Ramão expõem que é importante entender o Feminismo da Diferença sob a perspectiva pós-estruturalista:

A concepção pós-estruturalista superou a noção de papéis sociais femininos e masculinos e os esquemas binários que eles pressupõem, avançando para um entendimento que compreende gênero como constituinte da identidade, assim como classe e raça/etnia. A lógica dicotômica atribui à relação entre feminino e masculino uma oposição entre um pólo dominante e um pólo dominado. O desconstrutivismo rompeu com essa ideia de relação de mão única e constatou que o poder se exerce em várias direções⁴⁸.

Portanto, a partir dessa fase verifica-se com maior intensidade estudos que se afastam do feminismo tradicional e passam a estudar relação gênero-raça-classe, bem como outras particularidades como gênero e homossexualidade.

No final dos anos 1980 ocorreu no Brasil o período de redemocratização, com isso, o feminismo entra em um estado de ebulição com a luta pelos direitos das mulheres. A partir de então, são abordados diversos temas e o movimento se torna mais popular⁴⁹, adquirindo também um caráter reivindicatório mais incisivo, com o apoio internacional, de maneira a pressionar o governo a propiciar políticas públicas⁵⁰.

Algumas temáticas ganharam destaque a partir dessa década, como a luta pela saúde, direitos reprodutivos, descriminalização do aborto e a denúncia da violência doméstica. Sobre tudo essa última, em razão das notícias de assassinatos

<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 11/07/2018. p.337.

⁴⁷ MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 813-817, set. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300013>>. Acesso em: 14/07/2018. p. 814.

⁴⁸ MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 567-583, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300006>>. Acesso em: 14/07/2018. p. 568.

⁴⁹ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 17.

⁵⁰ Oliveira, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O Movimento Feminista: algumas considerações bibliográficas. In: **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. p. 5. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf>.

de mulheres por seus companheiros, motivando a campanha “Quem Ama não Mata”, iniciada por feministas mineiras, que ressoou em todo país, inclusive em emissoras de televisão⁵¹.

O movimento feminista, conforme afirmado, está em constante transformação e produzindo críticas a si mesmo. Algumas autoras apontam o surgimento de uma quarta onda a partir dos anos 2000 no feminismo latino-americano, a qual pode ser verificada pela institucionalização de demandas, criação de políticas públicas, consolidação da institucionalização de ONGs. Ademais, a “quarta’ onda traz também os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos”⁵².

Outras apontam que a terceira onda é ainda muito recente, de maneira que “as reivindicações de respeito às diferenças entre mulheres, derivadas de cruzamentos entre elementos como raça, classe, localidades ou religião, características de um feminismo interseccional, não estão maduras o suficiente a tempo de gerarem uma resposta institucional”⁵³. Atualmente, o discurso do Movimento Feminista também tem se atentado a discussões relativas a violências praticadas contra o corpo da mulher, não apenas físicas, mas simbólicas, que objetificam o corpo da mulher, e também quanto a penalização do aborto, fim da desigualdade salarial entre homens e mulheres, dentre outras.

2.2 A MULHER NEGRA EM DESTAQUE NO MOVIMENTO FEMINISTA

As mulheres negras não resistem apenas à opressão da dominação do homem sobre a mulher, mas também à dominação de raça, muitas vezes com a dominação de classe, sendo que cada uma possui características próprias, logo,

⁵¹ MELO, Hildete Pereira de; SCHUMACHER, Schuma. **A Segunda Onda Feminista no Brasil**. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 19/07/2018. p. 6.

⁵² MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200006&lng=en&nr=m=iso>. Acesso em: 18/07/2018. p.80-83.

⁵³ SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As Três Ondas do Movimento Feminista e suas Repercussões no Direito Brasileiro. In: **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI**. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 11/07/2018. p.350.

“uma não pode ser representada pela outra”⁵⁴. Nessa toada, constata-se que esta é a “matriz da dominação”, de modo que o conceito de raça, classe social e gênero compõem um sistema de opressão inter-relacional⁵⁵.

Como herança do período da escravidão, verifica-se que a população negra do Brasil enfrenta uma realidade de exclusão socioeconômica, algo que se torna mais profundo no caso das mulheres em razão do entrelaçamento de três tipos de opressões⁵⁶. Dessa maneira, a vivência histórica das mulheres negras difere das não negras, por isso “o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela teve e tem ainda na identidade das mulheres negras”⁵⁷. Ainda, o movimento feminista hegemônico muitas vezes o debate sobre as especificidades da opressão vivenciada por mulheres negras não foi bem recebido, conforme observa-se:

tem sido demasiado comum – tanto ao longo da história quanto na atualidade – que líderes brancas do movimento de mulheres julguem que, quando nós mulheres negras elevamos nossa voz para falar da tripla opressão que sofremos, nossa mensagem tem uma relevância, quando muito, marginal para suas experiências. Elas presumiram erroneamente que as causas das mulheres podem ser articuladas de modo isolado das questões associadas aos movimentos negro e trabalhador. Suas teorias e práticas frequentemente insinuaram que a contestação mais pura e direta do sexismo é aquela desprovida de elementos ligados à opressão racial e econômica – como se existisse um fenômeno como a feminilidade abstrata que sofre o sexismo de maneira abstrata e que luta contra ele em um contexto histórico abstrato.⁵⁸

Impossível abordar essa temática sem destacar o período da escravidão, não obstante a primeira onda feminista ter iniciado no fim desse período, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. As violências cometidas durante o período colonial pelos senhores brancos contra negros, indígenas e a miscigenação disso

⁵⁴ PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 16.

⁵⁵ COLLINS, P. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. New York: Routledge, 1991. p.18.

⁵⁶ MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 567-583, jan. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300006>>. Acesso em: 14/07/2018. p. 568-569.

⁵⁷ CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. IN: **4 caderno Géledes**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em: 16/07/2018. p.12.

⁵⁸ DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2017. p. 24.

decorrente, encontram-se na base da construção da sociedade atual e da identidade desses países.

No período da escravidão as mulheres negras eram iguais aos homens, não havia distinção social entre eles, que eram explorados e oprimidos de forma igualitária sem diferenciação de sexo. Embora muitas vezes as mulheres negras sejam lembradas como uma trabalhadora doméstica, arrumadeira e babá na casa grande, Davis afirma, “a realidade se opõe diametralmente ao mito”, já que elas eram trabalhadoras braçais nas lavouras, trabalhando lado a lado com os homens⁵⁹.

Essa igualdade também podia ser verificada nos seus atos de resistência, como pode ser exemplificado com a história de Harriet Tubman, escrava que fugiu para o Norte dos Estados Unidos e retornou para o sul diversas vezes libertando mais de trezentos escravos pelas chamadas *Underground Railroad*⁶⁰. Todavia, a igualdade não se refletia nos castigos impostos, pois esses excediam a força daqueles impostos aos homens, já que as mulheres eram estupradas, além de mutiladas e açoitadas⁶¹. O estupro, além de um artifício de dominação da mulher escrava, era também uma forma de desmoralizar seus companheiros⁶².

A questão da mulher negra escrava é muito pouco abordada em textos brasileiros. Maria Amélia Teles, em seu livro “Breve História do Feminismo no Brasil”, afirma que, assim como nos Estados Unidos, as mulheres negras executavam nas lavouras o mesmo trabalho que homens, e eram escravizadas sexualmente pelos senhores de engenho⁶³.

Dessa forma, a dita primeira onda do feminismo praticamente não contemplava as necessidades das mulheres negras, isso porque os problemas que atingiam as mulheres brancas não eram os mesmos das mulheres negras. As brancas eram vistas como habitantes apenas da esfera privada, separadas do

⁵⁹ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p.18.

⁶⁰ A *underground railroad* era um conjunto de rotas secretas que escravos e escravas utilizavam para chegar ao México ou ao Canadá, com a ajuda de abolicionistas. Dentre esses estava Harriet Tubman que após fugir da escravidão tornou-se uma das condutoras de escravos por esses percursos. DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 35-36.

⁶¹ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 36.

⁶² DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 36.

⁶³ TELES, Maria Amélia. **Breve História do Feminismo no Brasil**. 1ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense. 1999. p.20-21.

mundo e do trabalho produtivo, eram sinônimos de “mãe” e de “dona de casa”⁶⁴. Entretanto, entre as mulheres negras isso não se aplica, já que eram apreciadas inicialmente pelo seu papel de trabalhadoras, o que ofuscou qualquer aspecto feminino, de modo que o mito da fragilidade não era relacionado à imagem das mulheres negras. Isso pode ser observado no discurso “*Ain’t I a Woman*” proferido por Sojourner Truth:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas em carruagens, erguidas sobre valas e ter o melhor lugar em todo lugar. Ninguém me ajuda em carruagens, nem em poças de lama, ou me dá o melhor lugar! E eu não sou mulher? Olhe para mim! Olha meu braço! Eu arrastei e plantei e me juntei aos celeiros, e nenhum homem podia me dirigir! E eu não sou mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem - quando eu pudesse consegui-lo - e suportar o chicote também! E eu não sou mulher? Eu tenho treze filhos, e visto a maioria vendida como escrava, e quando eu gritei com a dor de minha mãe, ninguém além de Jesus me ouviu! E eu não sou mulher?⁶⁵

Esse discurso foi proclamado em 1851 no estado de Ohio, nos Estados Unidos, na Woman’s Convention in Akron que discutia o voto feminino. A autora do discurso era a única mulher negra na Convenção e com o seu discurso respondeu aos argumentos baseados na supremacia dos homens e fragilidade feminina que supostamente impediriam as mulheres de acessar o sufrágio, bem como demonstrou a desigualdade com que eram tratadas frente às mulheres brancas. Embora mulheres brancas antiescravagistas buscassem defender suas irmãs negras, aquelas nunca conseguiriam compreender o quão complexo era a situação das escravas⁶⁶.

Em 1863, ocorreu nos Estados Unidos a décima terceira emenda constitucional que declarava livre todos os escravos dos estados confederados.

⁶⁴ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 24-25.

⁶⁵ “That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain’t I a woman? Look at me! Look at my arm! I have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain’t I a woman? I could work as much and eat as much as a man – when I could get it – and bear the lash as well! And ain’t I a woman? I have borne thirteen children, and seen most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother’s grief, none but Jesus heard me! And ain’t I a woman?”. TRUTH, Sojourner. **Ain’t I a Woman?**. Women’s Convention in Akron. Ohio, 1851. Tradução livre. Disponível em: <https://www.northbergen.k12.nj.us/cms/lib05/NJ01000984/Centricity/Domain/590/Aint_I_a_Woman_Sojourner_Truth.pdf>.

⁶⁶ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 39.

Desse modo, a atmosfera política estava sobrecarregada, pois havia um debate sobre a concessão do direito ao voto aos homens negros ou às mulheres brancas, já que não poderiam conceder simultaneamente esses direitos⁶⁷. Tal embate, segundo a autora, acabou encorajando o racismo das feministas do período, visto que o interesse do Partido Republicano nos votos dos mais de dois milhões de homens negros libertos terminou com a aprovação da décima quinta emenda constitucional, que garantiu a esses o direito ao voto⁶⁸.

Notabiliza-se que em meio a essa discussão o voto das mulheres negras sequer era pauta, haja vista que se o direito fosse concedido às mulheres, a elas não seria concedido por serem negras, e sendo concedido aos homens, como o foi, não foi concedido pela condição de mulheres. Isto porque o voto nos Estados Unidos da América era proibido para mulheres e para cidadãos por motivos de raça ou condição prévia de servidão. Assim, apenas homens brancos possuíam o direito de votar. A décima quinta emenda na Constituição do país propôs: “O direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não pode ser negado ou abreviado pelos Estados Unidos ou por qualquer Estado por motivo de raça, cor ou condição prévia de servidão.”, dessa maneira, tornaram-se parte do sufrágio os homens negros, de modo que todos aqueles do sexo masculino poderiam votar. No entanto, conforme a autora Angela Davis afirmou, em razão da atmosfera política agitada após a Guerra Civil nos EUA, o voto seria concedido às mulheres ou aos escravos libertos. Assim, foi retirada a questão racial e de qualquer forma não seria possível o voto às mulheres negras, por sua condição de mulher. Caso fosse concedido o voto às mulheres, haveria ainda a proibição racial do voto, de modo que nessa hipótese a mulher negra não poderia votar novamente, por sua cor.

Após a abolição da escravidão, surgiu no Brasil o chamado mito da democracia racial, que foi uma forma de não enfrentar os problemas decorrentes da destituição dos escravos e das condições de vida dessas pessoas, de modo a criar a ideia de que o negro liberto não conseguiu se igualar ao branco apenas porque não

⁶⁷ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 79-85.

⁶⁸ Conforme a autora afirmou, o Partido Republicano buscava uma recompensa no período pós-guerra e pela defesa da abolição, assim, a defesa do sufrágio para o homem negro não passava de uma estratégia política para garantir a hegemonia do partido, pois para os capitalistas “o racismo se tornou tão conveniente quanto o estímulo inicial ao sufrágio negro”. DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 82-93.

desejava⁶⁹. Não se entendia que o preconceito impedia os negros de encontrar melhores oportunidades de trabalho e, assim, as mulheres negras, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, foram forçadas a trabalhar no campo ou em serviços domésticos. Elas raramente conseguiam emprego na produção de manufaturas e a condição de trabalho praticamente se igualava a de escravos:

Em geral, elas eram obrigadas a assinar 'contratos' com proprietários de terras que desejavam reproduzir as condições de trabalho as condições de trabalho do período anterior à Guerra Civil. Com frequência, a data de expiração do contrato era mera formalidade, uma vez que os proprietários poderiam alegar que os trabalhadores lhes deviam mais do que o equivalente ao período prescrito no contrato. Como resultado da emancipação, uma grande quantidade de pessoas negras se viu em um estado de indefinido de servidão por dívida.⁷⁰

Em que pese o movimento feminista da primeira onda não tenha abrangido as mulheres negras em sua maioria, não é possível afirmar que não estavam envolvidas, pois apesar de poucas, elas estavam presentes na luta. No Brasil, a trajetória de Maria Rita Soares de Andrade⁷¹, uma importante advogada negra da primeira onda feminista, é constantemente olvidada. A advogada foi uma das mulheres que contribuíram para a criação do Federação Brasileira para o Progresso Feminino, junto com Bertha Lutz, bem como esteve envolvida no cenário político brasileiro. Assim como o movimento feminista do período, considerado como “feminismo bem-comportado”⁷², Maria Rita defendia a participação política das mulheres e a ocupação do espaço público, no entanto, acreditava que a participação feminina significaria um símbolo de transformação, mas além disso, a conservação de signos da mulher, como a feminilidade, a maternidade e o cuidado da família⁷³.

⁶⁹ FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. **O legado da raça branca**. Vol. 1. Ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. p. 46.

⁷⁰ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 96.

⁷¹ Maria Rita Soares de Andrade graduou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia em 1926, sendo a única mulher negra de sua turma. Andrade foi uma advogada, feminista e a primeira juíza federal do Brasil, em 1967. Ainda, foi a primeira mulher a integrar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. FERREIRA, Gleidiane de Sousa; GOMES SILVA, Tauana Olivia. E as Mulheres Negras? Narrativas Históricas de um Feminismo à Margem das Ondas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, out. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41527>>. Acesso em: 05/08/2018. p. 1019-1020.

⁷² PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 16.

⁷³ FERREIRA, Gleidiane de Sousa; GOMES SILVA, Tauana Olivia. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25,

Ressalta-se que muito dessa postura de mulher lutadora, católica e sensível, era tido como evidência de que de fato era mulher; haja vista que essa “feminilidade” é inerente à imagem das mulheres brancas e de classe média e alta, entretanto, “era recorrentemente dissociada da imagem das mulheres negras”⁷⁴.

No decurso do século XX o movimento negro passou por profundas transformações. Inicialmente, as primeiras organizações estavam voltadas a integrar o negro à sociedade de classes, como o clube Treze de Maio e a Frente Negra Brasileira⁷⁵. Nota-se que nessas organizações a mulher negra não tinha seu espaço de voz e as comissões criadas em que as mulheres dirigiam “propagavam os mesmos valores sobre o ‘ser mulher’ da época e tinham o objetivo de inserir as mulheres negras na ordem vigente. Não havia um questionamento da condição da mulher”⁷⁶.

Mais à frente, no período da segunda onda, verifica-se o ápice do capitalismo, que refletiu profundamente na vida das mulheres negras, não obstante o “capitalismo não ter criado a inferiorização social das mulheres a dominação capitalista de classe se efetiva produzindo e reproduzindo diferenças que reforçam desigualdades de classe, de raça e de gênero”⁷⁷. A desvantagem social da mulher permitia à sociedade capitalista extorquir o máximo da mais-valia absoluta, intensificando o trabalho com longas jornadas e salários inferiores aos masculinos, algo que era ainda mais explorado ao adicionar a questão racial na equação⁷⁸.

A partir da década de 60, iniciou nos Estados Unidos o movimento das políticas afirmativas, a fim de inserir a população negra nas universidades. Durante os anos 70 as mulheres negras passaram a disputar mais vagas na entrada das

n. 3, p. 1017-1033, out, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41527>>. Acesso em: 05/08/2018. p. 1021-1022.

⁷⁴ FERREIRA, Gleidiane de Sousa; GOMES SILVA, Tauana Olivia. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, out. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41527>>. Acesso em: 05/08/2018. p.1022.

⁷⁵ QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Classe, Raça e Gênero na Luta por Direitos do Movimento Negro. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**. Brasília, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 72-100, 2015. p. 78.

⁷⁶ QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Classe, Raça e Gênero na Luta por Direitos do Movimento Negro. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**. Brasília, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 72-100, 2015. p. 96.

⁷⁷ GONÇALVES, Renata. O Pioneirismo de a Mulher na Sociedade de Classes. In: SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 24.

⁷⁸ SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013. p. 67.

universidades⁷⁹. Desse modo, elas desviavam dos padrões que lhes foram historicamente destinados, se posicionando contra a ordem estabelecida, buscando sua ascensão social e direitos⁸⁰. Nesse período, a luta contra o racismo ganha um viés mais crítico, assimilando ao discurso críticas ao capitalismo. O debate das mulheres negras, por conseguinte, passa a questionar com maior veemência a articulação das opressões de gênero, raça e classe⁸¹.

O feminismo negro avança de forma significativa durante a segunda onda do feminismo, em posição de combate da generalização da “mulher” firmado na teoria feminista tradicional. O movimento das feministas negras tinha a intenção de problematizar as experiências particulares que estavam inseridas no seu contexto social⁸². Em 1973, foi criada nos Estados Unidos a National Black Feminist Organization que busca a promoção de igualdade para as mulheres negras.

A partir dos anos 80, a teoria do feminismo negro passou a ganhar maior força com os estudos de Patricia Hill Collins, bell hooks, Kimberlé Williams Crenshaw, Angela Davis e outras que contribuíram para a interpretação da realidade das mulheres negras em sociedade. A teoria da estadunidense Patricia Hill Collins sustenta que o feminismo negro seria a reunião de experiências e ideias compartilhadas pelas mulheres afro-americanas, que expõe um ponto de vista *sui generis* da vida em comunidade⁸³. A autora aponta algumas temáticas estruturais que seriam o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou “imagens de autoridade”⁸⁴.

⁷⁹ SANTANA, Ediane Lopes. As Mulheres Contra o Patriarcado e as Relações Desiguais de Gênero: aspectos teóricos e práticos no combate às opressões. In: **Universidade e Sociedade**, Andes, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1294143947.pdf>>. Acesso em: 15/07/2018. p. 38.

⁸⁰ FERREIRA, Gleidiane de Sousa; GOMES SILVA, Tauana Olivia. E as Mulheres Negras? Narrativas Históricas de um Feminismo à Margem das Ondas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, out., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41527>>. Acesso em: 05/08/2018. p. 1027.

⁸¹ QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Classe, Raça e Gênero na Luta por Direitos do Movimento Negro. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**. Brasília, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 72-100, 2015. p. 96-97.

⁸² BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, Raça, Classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, vol. 2, n. 2, p. 27-55, jul-dez, 2015. p. 32.

⁸³ BARBOSA, Lícia. **Feminismo Negro: Notas sobre o debate norte-americano e brasileiro**. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf>. Acesso em: 20/07/2018. p. 3.

⁸⁴ BARBOSA, Lícia. **Feminismo Negro: Notas sobre o debate norte-americano e brasileiro**. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf>. Acesso em: 20/07/2018. p. 3.

A defesa de uma teoria a partir da experiência de vida, que é criticada por filósofos da época que entendem que haveria uma contaminação do resultado da teoria por sentimentos particulares, é defendida por Collins, que argumenta que isso levava as mulheres negras líderes em sua comunidade a serem silenciadas por não fazerem parte de um ambiente acadêmico. Assim, a epistemologia desse movimento busca contemplar “o cotidiano das mulheres negras, mães, lideranças de associação de bairros, trabalhadoras, um conjunto de mulheres até então invisibilizadas e com pouco acesso aos direitos de homens e mulheres na sociedade estadunidense”⁸⁵.

Quanto à terceira fase, verifica-se que no Brasil a temática das mulheres negras passou a ter maior visibilidade e foram realizados diversos encontros reunindo grupos de várias partes do país. Em 1988, ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, algo que foi propiciado pelo crescente Movimento de Mulheres Negras de diversos grupos e coletivo do Brasil, bem como pelo debate do Centenário da Abolição da Escravatura⁸⁶. Nesse encontro, que movimentou grupos de dezenove estados brasileiros, foram discutidas as temáticas de racismo, trabalho, saúde, educação, sexualidade, dentre outras.

Além disso, na década de 80, ganhou grande destaque a participação das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, no qual foi criada a Comissão da Mulher Negra que denunciou opressões. Também em 1988, foi construído no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher o Coordenação do Programa da Mulher Negra⁸⁷, demonstrando a abertura de espaço político para as mulheres negras dentro do movimento feminista, ainda que com diversos obstáculos.

Sueli Carneiro aponta o caráter subordinado das pautas do movimento de mulheres negras tanto no Movimento Feminista como no Movimento Negro, algo que, apesar de ter se modificado nos últimos anos, ainda enfrenta adversidades e a participação política das mulheres negras não se reflete em ocupação de espaços

⁸⁵ SANTANA, Ediane Lopes. As Mulheres Contra o Patriarcado e as Relações Desiguais de Gênero: aspectos teóricos e práticos no combate às opressões. In: **Universidade e Sociedade**, Andes, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1294143947.pdf>>. Acesso em: 15/07/2018. p. 38.

⁸⁶ MELO, Hildete Pereira de; SCHUMACHER, Schuma. **A Segunda Onda Feminista no Brasil**. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-noBrasil.pdf>. Acesso em: 10/08/2018. p. 5.

⁸⁷ RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>>. Acesso em: 07/08/2018. p. 446.

políticos ou visibilidade de suas pautas⁸⁸. As mulheres negras são consideradas sujeitos implícitos de tais movimentos e a igualdade entre os membros é uma premissa, mesmo que seja com a compreensão de “diferentes, mas não desiguais”⁸⁹.

Quanto ao movimento feminista, verifica-se que o foco exclusivamente no gênero como fonte de opressão da mulher não é suficiente para estabelecer conexões entre o sexismo e outras formas de opressão⁹⁰. Já no Movimento Negro, segundo Carneiro, há uma preocupação que a ação política de mulheres negras possa quebrar a unidade na luta geral do negro, causando uma dispersão⁹¹.

A unicidade do movimento da luta de mulheres vai além do potencial de superar a desigualdade histórica gerada pela hegemonia masculina, é preciso sobrepôr doutrinas subsidiárias ao sistema de opressão, como o racismo⁹². O movimento das mulheres negras, dessa maneira, deve ser sempre pautado por uma dupla militância no movimento negro e no feminismo, demonstrando a importância da intersecção desses, já que são elementos estruturantes e não periféricos. Importante também a composição autônoma, a fim de discutir com igualdade com o feminismo e o movimento negro⁹³.

O feminismo negro, apesar de ter ganho espaço político dentro desses dois movimentos, ainda não possui o destaque devido dentro de discussões políticas, bem como a importância da militância das mulheres negras dificilmente é lembrada ao apresentar a história dessas lutas. Ao falar do Quilombo dos Palmares não é provável que a história hegemônica se lembrará de Dandara, mas apenas de Zumbi dos Palmares. Igualmente ocorre no movimento feminista, ao tratarmos do

⁸⁸ CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. IN: 4º **caderno Géledes**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em: 16/07/2018. p. 14-15.

⁸⁹ RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioja a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>>. Acesso em: 07/08/2018. p. 446.

⁹⁰ CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91, jan. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>>. Acesso em: 29/07/2018. p. 92.

⁹¹ CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. IN: 4º **caderno Géledes**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em: 16/07/2018. p. 15.

⁹² CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 08/08/2018. p. 2.

⁹³ CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. IN: 4º **caderno Géledes**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em: 16/07/2018. p. 17.

movimento sufragista, na qual Bertha Lutz sempre será rememorada, em oposição à Maria Rita Soares de Andrade. Não há dúvida que as ações de Zumbi e Bertha Lutz devem ser sempre celebradas, mas também as mulheres negras não podem ser esquecidas.

3 DIREITO PENAL E A MARGINALIZAÇÃO DA MULHER NEGRA

Hodiernamente, cada vez mais devem ser destacados o aumento de mulheres em contexto de violência e o considerável aumento do encarceramento feminino. Essas duas temáticas frente ao direito penal devem ser avaliadas observando a interseccionalidade entre as categorias de gênero, raça e classe, não só no ponto de vista da autora de delitos, mas também da vítima. Uma análise que não observa tais categorias não pode compreender de forma concreta a particularidade das experiências das mulheres negras.

O Sistema Penal vai além das suas normas, na medida em que também é composto por um macrossistema penal formal (instituições oficiais de controle) e por instituições informais (família, escola, mídia, dentre outros), por isso, o panorama geral da sociedade não é estranho ao Direito, pois esse adquire as idiosincrasias de cada um e as envolve em seu sistema⁹⁴. Diversos autores apontam a existência de funções declaradas e reais do Direito Penal. Quanto à primeira função, essa seria a proteção de bens jurídicos que interessam à toda sociedade de forma igualitária e a contenção da criminalidade, em prol da segurança pública e jurídica. Já a função real é a manutenção do status quo, construindo a criminalidade de forma seletiva e estigmatizante, reproduzindo desigualdades de raça, classe e gênero presentes na sociedade⁹⁵.

A jurisdição criminal possui um alcance desigual, o que tem início com a política de elaboração das normas criminalizantes, a chamada criminalização primária, e posteriormente, finaliza com a atuação das agências de criminalização secundária, que possuem mecanismos de seleção na atuação da Polícia e do Ministério Público, por exemplo⁹⁶. Dessa forma, os mecanismos de controle e

⁹⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. p. 135/136.

⁹⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. p. 135/136.

⁹⁶ GAMA, Paulo Calmon Nogueira da. Ainda a fundamentação da sentença penal: reflexos (e reflexões) sobre a desigualdade jurisdicional criminal. **JUS – Revista da Associação Mineira do Ministério Público**, Belo Horizonte, ano 42, n. 24, p. 165-189, jan./jun. 2011. p. 166.

repressão social do Estado atuam de forma limitada, proporcionalmente à matéria-prima pré-selecionada que os alimenta⁹⁷.

A matéria pré-selecionada reproduz as assimetrias enraizadas nas estruturas sociais, são estereótipos, preconceitos e discriminações que consagram a hierarquia social⁹⁸. Os estereótipos são “construções mentais, parcialmente inconscientes que, nas representações coletivas ou individuais, ligam determinados fenômenos entre si e orientam as pessoas na sua atividade cotidiana”⁹⁹ e, sobre o senso comum o autor acredita que esse apenas reitera a ideologia da defesa social, “separando a sociedade em honestos e desonestos, maus e bons, entre outras dicotomias que a mente humana pode construir com o intuito de justificar a desigualdade social”¹⁰⁰. Por esse motivo, a criminalização de comportamentos referidos com antissociais atinge apenas uma parcela da população rotulada e estigmatizada como possíveis delinquentes. Há uma seleção dos sistemas opressores que manterão a exclusão.

Assim, conforme o exposto, considera-se que há uma crise de legitimidade do sistema penal no Brasil, pois, apesar de apresentar um sistema sobrecarregado, de ser o terceiro país com maior população carcerária do mundo¹⁰¹, também possui alta descrença na atuação jurisdicional, com dados demonstrando que 22% da população vivenciaram conflitos e não buscaram solução por descrença nas instituições¹⁰², números que constituem a cifra oculta da criminalidade¹⁰³. Por isso, é

⁹⁷ GAMA, Paulo Calmon Nogueira da. Ainda a fundamentação da sentença penal: reflexos (e reflexões) sobre a desigualdade jurisdicional criminal. **JUS – Revista da Associação Mineira do Ministério Público**, Belo Horizonte, ano 42, n. 24, p. 165-189, jan./jun. 2011. p.167.

⁹⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. p. 137.

⁹⁹ NEPOMOCENO, Alessandro. **Além da Lei: a face obscura da sentença penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 63.

¹⁰⁰ NEPOMOCENO, Alessandro. **Além da Lei: a face obscura da sentença penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 64.

¹⁰¹ BARBON, Júlia; Turollo Jr, Reynaldo. Brasil ultrapassa Rússia e agora tem 3ª maior população carcerária do mundo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 dez. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1941685-brasil-ultrapassa-russia-e-agora-tem-3-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml>>.

¹⁰² BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. Panorama do Acesso à Justiça no Brasil, 2004 a 2009. 2011. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/69f08fa6be2b411e6566b84bd_c1d4b5a.pdf>. Acesso em: 27/08/2018. p. 16-17.

¹⁰³ Sobre a cifra oculta da criminalidade Ela Castilho aponta “nem todo crime cometido é registrado e é objeto de investigação policial; nem todo crime investigado é levado à apreciação judicial; nem toda ação penal é recebida pelos órgãos judiciais; e, quando recebida, nem sempre resulta em condenação. As estatísticas revelam apenas o que se chama de criminalidade legal, geralmente dos casos em que houve condenação”. CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **O controle penal nos crimes**

imprescindível compreender a situação da mulher frente ao Direito Penal, tendo como base o panorama do sistema penal brasileiro. Inicialmente, isso será realizado a partir de uma análise da legislação penal, em um breve estudo dessa relação em uma perspectiva histórica a partir do primeiro Código Penal da República.

Em um segundo momento, é realizada uma análise criminológica, que é fundamental para um entendimento do sistema penal. A investigação perpassa por corrente criminológicas até chegar na criminologia crítica feminista, que ocasionou uma mudança no paradigma vigente.

3.1 DIREITO PENAL E A MULHER NEGRA

Inicialmente, ressalta-se que o movimento feminista, em suas ondas históricas apresentadas acima, com a sua luta para a publicização do privado, contribuiu para a evolução da relação entre mulher e o Direito Penal. A dominação do homem sobre as mulheres é um legado de antigas leis e práticas sociais que permitiam abertamente a possibilidade desse tipo de violência, conformando a desigualdade de gênero na base da sociedade¹⁰⁴. Algo que se reflete no mundo jurídico atual, apesar de não ser algo realizado de modo expresse, a inércia e a passividade das instituições sociais conservam o direito dos homens de dominar e controlar¹⁰⁵.

Predomina hordienamente a crença da neutralidade do legislador, entretanto, assim, desconsidera-se a avaliação da racionalidade inerente aos processos de criação de leis¹⁰⁶, desconsidera-se que o sistema penal é integrativo do controle social informal e, portanto, que atua residualmente reforçando papéis e

contra o sistema financeiro nacional (Lei n. 7.492, de 16 de junho de 1986). Belo Horizonte: Del Rey, 2001. p. 51-52.

¹⁰⁴ SAGOT, Montserrat. Los limites de las reformas: violencia contra las mujeres y políticas públicas em América Latina. **Revistas Ciencias Sociales**, Universidad de Costa Rica, n.2, vol. 120, p. 36-48, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15312721004>>. Acesso em: 21/09/2018. p. 36.

¹⁰⁵ SAGOT, Montserrat. Los limites de las reformas: violencia contra las mujeres y políticas públicas em América Latina. **Revistas Ciencias Sociales**, Universidad de Costa Rica, n.2, vol. 120, p. 36-48, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15312721004>>. Acesso em: 21/09/2018. p. 36.

¹⁰⁶ FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Violência de gênero e Direito Penal: análise da racionalidade da tipificação do feminicídio no Brasil. **Revista Fórum de Ciências Criminais**, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 241-272, jan./jun. 2016. p. 241.

estereótipos¹⁰⁷. Por isso, deve-se observar o conceito da masculinidade do direito¹⁰⁸, o que significa que quando um homem e uma mulher se veem frente ao direito, a discriminação não decorre da aplicação desigual da lei, mas justamente por serem aplicados critérios tidos como neutros e objetivos, que na realidade respondem a um conjunto de valores e interesses masculinos¹⁰⁹.

A teoria política feminista entende que a masculinidade do direito se remonta às origens do Estado liberal, e os seus conceitos de “direitos”, “liberdade” e “contrato”, são formas legais que perdem o seu referente teórico ao longo do tempo. O sujeito de direitos nesse período é um homem branco livre para estabelecer relações econômicas, representa um universo econômico individualista algo que se reproduz na esfera criminal, e a ofensa é analisada distante de seu contexto social. Essa individualização do comportamento social levaria a analisar como um problema individual o dano social causado às mulheres¹¹⁰.

Dessa forma, entende-se que o direito possui gênero, e que as mesmas ações realizadas por homens e por mulheres significam coisas diferentes, a reprodução da divisão dos gêneros estabelecida pela aplicação constante de critérios de normalidade¹¹¹.

Portanto, muito longe de apenas se destinar à sua proteção, a lei criminal contribuiu para conferir e reiterou um certo significado do ser social feminino, na estrutura de gênero. De um lado as mulheres são representadas como pessoa sujeita a tutela sem responsabilidades, por outro, é estabelecido um aparato de controle social sobre a sexualidade feminina, reforçando estereótipos sobre a sexualidade, como com a criminalização do aborto ou da prostituição. Sendo assim, a tipificação legal do crime de estupro inicialmente serviu mais à proteção da honra

¹⁰⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 43.

¹⁰⁸ Conceito de masculinidade do direito segundo a autora: *“no se refiere únicamente a la idea de hombres en el derecho, sino a la presencia de elementos relacionados con la masculinidad en sentido cultural. Afirmar la masculinidad de derecho supone identificarlo con un conjunto de características”*. BODELÓN, Encarna. Relaciones Peligrosas: género y derecho penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 29, p. 233 – 246, jan – mar. 2000. p. 4.

¹⁰⁹ BODELÓN, Encarna. Relaciones Peligrosas: género y derecho penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 29, p. 233 – 246, jan – mar. 2000. p. 4.

¹¹⁰ BODELÓN, Encarna. Relaciones Peligrosas: género y derecho penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 29, p. 233 – 246, jan – mar. 2000. p. 4.

¹¹¹ SMART, C. La Mujer del Discurso Jurídico. In: LARRAURI, Elena. **Mujeres, Derecho Penal y Criminología**. Madrid: Editorial Siglo XXI, 1994. p. 176.

do homem do que do dano causado à mulher, mas também à construção do modelo padrão do comportamento sexual da mulher.¹¹²

De mesmo modo, na relação entre negros e o direito penal, em que pese a lei seja formalmente igual para todos, independentemente de cor, materialmente se verifica que a atuação estatal (re)produz as diversas vulnerabilidades sistematizadas em torno do segmento negro, como com o genocídio negro que acontece no sistema carcerário.¹¹³ Algo que pode ser verificado com a criminalização de elementos próprios da sua cultura negra, como a tipificação da capoeira¹¹⁴.

Com a proclamação da República surgiu a necessidade de um novo Código Penal que abarcasse as transformações decorrentes da Lei Áurea. O Código no capítulo que tratava da violência carnal considerou “estupro o ato pelo qual o homem abusa, com violência, de uma mulher, seja virgem ou não”¹¹⁵ utilizando força física, bem como formas de que impossibilitem a resistência e a defesa. Não obstante, era realizada uma gradação da pena se o estupro fosse de mulher virgem, mulher

¹¹² “*Lejos de proteger sus intereses, el derecho penal del siglo XIX y buena parte del siglo XX contribuyó a asignar y reproducir una determinada significación del ser social mujer, es decir, de la estructura de género. Por una parte, la mujer aparece considerada por el derecho penal histórico como una persona sujeta a tutela y sin plena responsabilidad; por otra, establece un conjunto de controles sociales sobre la sexualidad femenina (criminalización del aborto o de la prostitución) y un conjunto de estereotipos sobre su sexualidad. Así, por ejemplo, la incriminación de la violación no respondió en su origen ni en su posterior desarrollo a una preocupación por atender las demandas de las mujeres, sino por el contrario, la configuración jurídica del delito de violación atendió más a la protección del honor del hombre que al daño de la mujer, más a la construcción de un modelo de sexualidad femenina y masculina que a garantizar la libertad de las mujeres.*”. BODELÓN, Encarna. Relaciones Peligrosas: género y derecho penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 29, p. 233 – 246, jan – mar. 2000. p. 1-2.

¹¹³ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 29/08/2018. p. 135-136.

¹¹⁴ A proibição estava contida no Capítulo XIII cujo título era “Dos Vadios e dos Capoeiras”, dispunha: Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena - de prisão celular por dous a seis mezes. Paragrapho unico. E' considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro. Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400. Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena. Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquillidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para taes crimes. BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>.

¹¹⁵ BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>.

honesta ou prostituta, algo que demonstra que o direito penal seleciona não só os criminosos, mas aquelas que são dignas de serem consideradas vítimas¹¹⁶.

Havia também a previsão do crime de adultério, e uma agravante se o crime contra a honra (violência doméstica) fosse praticado por membros da família. No referido código, era permitida a utilização da tese de excludente de ilicitude, qual seja, o cometimento de crime sob estado de total perturbação dos sentidos e da inteligência, nos casos de “crimes passionais” em que o marido matava sua esposa infiel para defender sua honra, na chamada legítima defesa da honra¹¹⁷.

O Código Penal de 1890 foi alterado diversas vezes, e resultou no compilado de leis nomeado de Consolidação das Leis Penais, publicado via Decreto em 1932¹¹⁸. Nesta, foi mantida a isenção de responsabilidade criminal para aqueles que sob estado de total perturbação dos sentidos e da inteligência cometessem algum delito. Ainda, havia a previsão do crime de adultério no qual a mulher casada seria punida com pena de prisão, enquanto no caso de o homem ser o adúltero, este deveria manter uma “concubina”, sendo apenas admitidas provas de flagrante delito¹¹⁹. Ressalta-se que não havia previsão de punição do homem no caso de infidelidades esporádicas¹²⁰. Apenas com a promulgação da Lei 11.106 de 2005 o delito de adultério foi retirado do Código Penal.

Com a reforma na legislação penal, em 1940, não havia mais a absolvição do homicida em razão da violenta emoção, porém, esta foi considerada como homicídio privilegiado, com a possibilidade de redução da pena de um sexto a um

¹¹⁶ *In verbis*: “Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena - de prisão celular por um a seis annos. § 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta: Pena - de prisão celular por seis mezes a dous annos.”. BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>.

¹¹⁷ BAKER, Milena Gordon. **A Tutela Penal da Mulher no Direito Penal Brasileiro**: a violência física contra o gênero feminino. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 18/20.

¹¹⁸ PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. Bauru: Editora Jalovi, 1980. p. 10/11.

¹¹⁹ Nestes termos: “Art. 279 - A mulher casada que commetter adulterio será punida com a pena de prisão celular por um a tres annos. § 1.º - Em igual pena incorrerá: 1.0 o marido que tiver concubina teúda , e manteúda; 2.º a concubina; 3.º o co-réu adúltero. , § 2.º - A accusação deste crime é licita sómente aos conjuges, que ficarão privados do exercicio desse direito si, por qualquer modo, houverem consentido no adulterio. Art. 280 - Contra o co-réu adúltero não serão admissiveis outras provas senão o flagrante delicto e a resultante de documentos escriptos por elle. BRASIL. Decreto nº 22.213 de 1932. Consolidação da Leis Penais. 1932. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/72115/pdf/72115.pdf>>.

¹²⁰ PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. Bauru: Editora Jalovi, 1980. p. 375.

terço da pena¹²¹. Sem embargo, a defesa da tese da legítima defesa da honra permaneceu na jurisprudência brasileira até 1991, quando o Superior Tribunal Federal em acórdão paradigmático declarou:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. **DUPLO HOMICÍDIO PELO MARIDO QUE SURPREENDE SUA ESPOSA EM FLAGRANTE HIPÓTESE EM QUE NÃO SE CONFIGURA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA**. DECISÃO QUE SE ANULA POR MANIFESTA CONTRARIEDADE À AUTOS (Art. 593, parágrafo 30., do CPP). Não há ofensa à honra do marido pelo adultério da esposa, desde que não existe essa honra conjugal. Ela é pessoal, própria de cada um dos cônjuges. O marido, que mata sua mulher para conservar um falso crédito, na verdade, age em momento de transtorno mental transitório, de acordo com a lição de HIMÉNEZ DE ASÚA (El Criminalista, Ed. Zavalla. B. Aires, 1960, T.IV, p. 34), desde que não se comprove ato de de liberada vingança. O adultério não coloca o marido ofendido em estado de legítima defesa, pela sua incompatibilidade com os requisitos do art. 25, do Código Penal. A prova dos autos conduz à autoria e à materialidade do duplo homicídio (mulher e amante), não à pretendida legitimidade da ação delituosa do marido. A lei civil aponta os caminhos da separação e do divórcio. Nada justifica matar a mulher que, ao adular, não preservou a sua própria honra. (REsp 1517 PR 1991/89.12160-0. Relator: Ministro José Cândido. Dj: 15/04/1991)¹²²

Desde a década de 80 o Brasil encontra-se em uma onda de ambiguidade frente ao Direito Penal. Isso porque existem movimentos tanto que buscam a minimização de criminalizações, como com a criação de Juizados Especiais Criminais, pela Lei 9.099/95; bem como a busca da expansão por meio de leis como a de crimes hediondos, instituição da prisão temporária e crime organizado. O movimento feminista não é imune a esse momento que oscila entre o direito penal máximo e o direito penal mínimo, já que enquanto haviam pautas que defendiam a descriminalização do aborto e do adultério, coexistiam pautas que pediam a criminalização da violência contra a mulher, o agravamento nas penas de homicídio de mulheres por sua condição de mulher¹²³.

Importante ressaltar alguns avanços na legislação penal, como a revogação dos tipos penais de atentado violento ao pudor, atentado violento ao pudor mediante

¹²¹ BAKER, Milena Gordon. **A Tutela Penal da Mulher no Direito Penal Brasileiro**: a violência física contra o gênero feminino. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 21.

¹²² STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp 1517 PR 1991/89.12160-0. Relator: Ministro José Cândido. Dj: 15/04/1991. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/100908/Julgado_1.pdf>.

¹²³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 108-109.

fraude¹²⁴, sedução¹²⁵, adultério, rapto violento ou mediante fraude, bem como de rapto consensual. Além disso, a mudança na tipificação do crime de estupro¹²⁶ de modo a incluir o atentado violento ao pudor e a revogação do artigo que previa a extinção de punibilidade em crimes sexuais caso a vítima se casasse com o seu ofensor¹²⁷.

O marco legal sobre a violência contra mulher foi ampliado em 2006 com a Lei 13.641, conhecida como Lei Maria da Penha. A lei foi criada em razão de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ter responsabilizado o Estado brasileiro pela omissão, tolerância da violência doméstica, e pelo descumprimento da Convenção de Belém do Pará - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. A lei, em seu art. 5º, considera que “configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”¹²⁸. A violência doméstica é aquela perpetrada: no âmbito da unidade doméstica, sem a necessidade de vínculo familiar entre aqueles que ali residem; no âmbito da família, unidos por laços naturais, de afinidade e de vontade expressa; ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação.

A Lei Maria da Penha ganhou destaque por trazer para o espaço público um problema que era da esfera privada, afinal conforme o ditado popular afirma “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Ainda, dentre as novidades

¹²⁴ O artigo revogado fixava: “Art. 216 – Induzir mulher honesta, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>.

¹²⁵ O delito de sedução foi revogado pela Lei nº 12.015 de 2009, *in verbis*: “art. 217 – Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança.

¹²⁶ A mudança da legislação penal pela Lei nº 12.015 de 2009 transformou a redação do crime de estupro, unindo a esse a figura do atentado violento ao pudor. Anteriormente estavam separados em dois artigos, conforme observa-se no *caput* dos artigos: “Art. 213 - Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça” e “Art. 214 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”.

¹²⁷ Conforme dispunha art. 108 do Código Penal de 1940 (revogado pela Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005): “Art. 108. Extingue-se a punibilidade: VIII - pelo casamento do agente com a ofendida, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial”. BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>.

¹²⁸ BRASIL. Lei 13.641 de 07 de agosto de 2006. Brasília/DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> .

trazidas pela legislação são as medidas preventivas de proteção a mulher, como a que obriga o agressor a se afastar “do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida”, bem como inaugura a proteção em todos os níveis do poder judiciário com a criação de delegacias e varas especializadas, contendo atendimento socioassistencial e políticas de abrigamento¹²⁹. O movimento feminista foi responsável pela denúncia de diversas formas de opressão contra a mulher, transformando problemas que até então encontravam-se apenas na esfera privada, para a esfera pública e penal, com a criação de Delegacias da Mulher, por exemplo¹³⁰.

A Lei 13.104 de 2015 incluiu no Código Penal brasileiro a qualificadora do homicídio e tipificou o feminicídio, ou seja, o homicídio perpetrado pela razão de sua condição de mulher. Ainda, é previsto um aumento de um terço da pena do feminicídio se este for cometido contra durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência; e se realizado na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

As transformações no direito penal que visam implementar a igualdade material entre homens e mulheres no Brasil aconteceram em grande medida em razão da inclusão do tema da violência contra as mulheres e da impunidade masculina na luta feminista, e passaram a conduzir o movimento de uma tutela penal como forma de proteção das mulheres¹³¹. Sem embargo, essa não é o posicionamento uno do movimento, nada obstante é o pensamento hegemônico¹³². O movimento de mulheres buscou no direito penal o seu potencial simbólico de tornar algumas situações problemáticas reconhecidas¹³³.

¹²⁹ FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Violência de gênero e Direito Penal: análise da racionalidade da tipificação do feminicídio no Brasil. **Revista Fórum de Ciências Criminais**, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 241-272, jan./jun. 2016. p. 245.

¹³⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 109.

¹³¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 110.

¹³² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 110.

¹³³ BERGALLI, R.; BODELÓN, E. "La cuestión de las mujeres y el derecho penal simbólico", en: **Anuario de Filosofía del Derecho**. Madrid, p. 43-73, 1992. p. 3.

Esse posicionamento demonstra grande contradição, já que, de um lado, o movimento feminista possui uma característica de vanguarda e, de outro, reproduz discursos criminalizadores, os quais apresentam um caráter de retribuição, que visa a acabar com a impunidade, próprio de movimentos conservadores¹³⁴.

A busca pela tutela da jurisdição penal pelo movimento feminista é criticada por diversos autores. O autor Alessandro Baratta defende que o direito penal possui gênero masculino, e assim, é sexista, sendo irônico insistir em igualdade, neutralidade e objetividade, pois este legitima a reprodução da dominação masculina. O autor alega que “quando um homem e uma mulher se veem frente ao direito, não é o direito que não consegue aplicar ao sujeito feminino os critérios objetivos, mas ao contrário, aplica exatamente tais critérios e estes são masculinos”¹³⁵. Coadunando com a posição anterior, Larrauri afirma que as normas que o direito penal destina às mulheres, refletem e constroem uma determinada visão da mulher¹³⁶.

Nessa toada, Raquel Asensio afirma que o direito foi pensado e concretizado a fim de atender as necessidades masculinas. As instituições, normas e práticas jurídicas “tenderam à invisibilidade das experiências e das necessidades jurídicas específicas das mulheres”¹³⁷. O aparato administrativo do sistema de justiça, portanto, nem sempre estiveram preparados para “responder de maneira adequada às demandas femininas, nem os atos de violência contra a mulher”¹³⁸.

3.2 CRIMINOLOGIAS FEMINISTAS

A evolução do pensamento criminológico demonstra as diferentes visões da mulher frente às posições de sujeitas ativas ou passivas de um delito, assim, auxiliam a compreender sua relação com o Direito Penal. Ainda, em sociedades

¹³⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 112.

¹³⁵ BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 19-80. p. 30-31.

¹³⁶ “las normas que el derecho penal destina a la mujer reflejan (y construyen) una determinada visión de mujer”. LARRAURI, Elena. **Mujeres y Sistema penal: violencia doméstica**. Montevideo, Uruguai/Buenos Aires, Argentina: Editorial B de F, 2008. tradução livre. p. 20.

¹³⁷ ASENSIO, Raquel et al. **Discriminación de Género en las decisiones judiciales: Justicia Penal y Violencia de Género**. Buenos Aires: Defensoría General de la Nación, 2010. p. 9.

¹³⁸ ASENSIO, Raquel et al. **Discriminación de Género en las decisiones judiciales: Justicia Penal y Violencia de Género**. Buenos Aires: Defensoría General de la Nación, 2010. p. 9.

como a brasileira, que sofreu processos de colonização e foi estruturada no mito da igualdade racial, a omissão no aspecto punitivo da questão racial aprofunda e reproduz a desigualdade existente na sociedade. É suspeito um discurso criminológico e jurídico que se omite quanto a problemas tão sintomáticos da sociedade ¹³⁹.

A criminologia funciona sob um sistema androcêntrico, bem como é marcada pela branquidade¹⁴⁰, de maneira implícita, pois esta encontra-se presente na omissão da questão racial como paradigma estruturante do controle social, cimentado nas sociedades que sofreram o processo de criminalização¹⁴¹. Existem diversas consequências desse paradigma na criminologia, como a reprodução e produção de um discurso que se diz universal, entretanto, é na verdade demarcado pela dominação da raça branca. Outro ponto que deve ser ressaltado é a “configuração do paradigma da reação social em que se origina a criminologia crítica a partir de um locus insuficiente, eis que não golpeia a principal base do paradigma etiológico da criminologia: a dominação social”¹⁴². Impõe-se o reconhecimento de que a criminologia não deixou de lado o seu empenho com a branquidade, “produzindo um saber bem demarcado, mas cuja demarcação não é perceptível”¹⁴³, como será verificado a frente.

A corrente positivista da criminologia sustentava a existência de um criminoso nato, com base em um determinismo psíquico e biológico, a análise da natureza do homem era realizada de forma empírica, por exemplo mensurando o tamanho do cérebro. Concentrava sua análise no autor, não no fato, já que germen da criminalidade estava inserido em determinados indivíduos.

¹³⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A Mulher e o Poder Punitivo. In: Comitê Latino Americano e do Caribe em Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Mulheres: Vigeadas e Castigadas. São Paulo: CLADEM, Brasil, p. 419-446. 1995. p. 419.

¹⁴⁰ Sobre branquidade, ver mais em: hooks, bell. Yearning: race, gender and cultural politics. 1990.

¹⁴¹ PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 1, p. 70-84. 2018. p. 73-74.

¹⁴² FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. O controle social e as mulheres negras: possibilidades e releituras para a criminologia feminista. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 135/2017, p. 487-518, Set. 2017. p. 6.

¹⁴³ FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. O controle social e as mulheres negras: possibilidades e releituras para a criminologia feminista. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 135/2017, p. 487-518, Set. 2017. p. 6.

O cérebro dos africanos era considerado mais leves do que dos brancos, o que demonstrava menor capacidade cerebral¹⁴⁴. Além da inferioridade biológica, também se verificava a inferioridade em sua cultura e costumes, tomando como base o tido como superior padrão da moral europeia.¹⁴⁵ As características eram universalizadas, e consideravam que os negros adultos e as mulheres como meninos brancos, ou seja, como “representantes vivos de um estágio primitivo da evolução dos homens brancos”¹⁴⁶.

O paradigma da criminologia positivista italiano, de Cesare Lombroso, foi recebido no Brasil no século XIX, algo que pode ser observado principalmente nos postulados de Nina Rodrigues, e seus resquícios permanecem até hoje ao observar a relação da mulher negra e o sistema penal. A incorporação foi realizada observando o contexto nacional, em que a grande pauta era a abolição da escravidão, e as consequências desse acontecimento histórico para a elite branca, de modo a garantir seu monopólio e controle sob a população liberta¹⁴⁷.

A partir do que a criminologia clássica explica, o baixo número de crimes cometidos por mulheres é devido às características femininas como instinto maternal, domesticidade, passividade, bem como por serem frias sexualmente, fracas e com inteligência não desenvolvida¹⁴⁸. Essa perspectiva apresenta uma visão do século XIX e início do século XX, extremamente machista, que concebia a mulher como própria do ambiente doméstico, a rainha do lar.

No Brasil havia um entendimento de que as mulheres de raça europeia, consideradas como mais desenvolvidas, não praticavam estes delitos, isso era típico de “povos selvagens” (indígenas e negros), para os quais estes atos são condutas naturais¹⁴⁹. Disso, é possível produzir a ideia de que as mulheres brancas são

¹⁴⁴ GOES, Luciano. A Tradução do paradigma etiológico no brasil: um diálogo entre cesare lombroso e nina rodrigues na perspectiva centro-margem. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 83.

¹⁴⁵ GOES, Luciano. A Tradução do paradigma etiológico no brasil: um diálogo entre cesare lombroso e nina rodrigues na perspectiva centro-margem. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. p. 92.

¹⁴⁶ GOULD, Stephen Jay. A falsa medida do homem. Tradução: Válder Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 113.

¹⁴⁷ FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 62.

¹⁴⁸ CLARKE, Chris. Gender, Crime and Criminology. **Manchester Law Review Crime and Ethics**, vol. 3, out. 2014, p. 88-100. p. 94.

¹⁴⁹ RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Editora Guanabara, 1895. p. 39-42.

controladas com maior rigor social e penal a conduta, enquanto as mulheres negras, em razão da falta de controle por parte dos homens negros (que são inferiores), não incidem tão intensamente no controle das penas¹⁵⁰. Algo que não pode ser considerado como verdadeiro, já que as mulheres negras, enquanto escravas e mais ainda após a abolição, constituíram a força de trabalho no país, e, portanto, eram submetidas não só ao controle do seu senhor – posteriormente, empregador – como dos agentes do poder público¹⁵¹.

No paradigma etiológico da criminologia, as mulheres ocupavam um papel secundário, já que o poder punitivo se anunciava como poder de criminalização e encarceramento, e essas representavam baixo percentual da clientela do sistema penal, que se centrava principalmente sobre os homens. Tratava-se de um consequente simplista que compreendia, que, se há menos mulheres encarceradas, elas cometem menos crimes. Algo que era observado de modo a considera-las inferiores.¹⁵² Desse modo, as análises da criminalidade da mulher se limitavam aos “delitos de gênero”, crimes passionais, aborto e o infanticídio. As mulheres que cometiam outros tipos de delitos eram vistas como portadoras de uma doença degenerativa.

Ainda, apesar da superação do paradigma criminológico positivista, restou como legado desse uma redução do horizonte de projeção da criminologia, ainda que a criminologia da reação social tenha exposto a seletividade presente no sistema penal, a questão de gênero na criminologia permaneceu sem destaque¹⁵³.

Esse mesmo viés criminológico, apresentava duas possíveis figuras da mulher, caso fugisse dos padrões impostos pela sociedade e cometesse algum delito era classificada com degenerada, usualmente relacionada à figura da prostituta; conquanto, aquela que corresponde aos padrões de gênero impostos pela

¹⁵⁰ FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 89.

¹⁵¹ Ver mais em: SOARES, Cecília Moreira. A negra na rua, outros conflitos. In: Fazendo Gênero na Historiografia baiana. Salvador: NEIM/UFBA, p. 35- 47, 2001.

¹⁵² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A Mulher e o Poder Punitivo. In: Comitê Latino Americano e do Caribe em Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Mulheres: Vigeadas e Castigadas. São Paulo: CLADEM, Brasil, p. 419-446. 1995. p. 419.

¹⁵³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A Mulher e o Poder punitivo. In: Comitê Latino Americano e do Caribe em Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Mulheres: Vigeadas e Castigadas. São Paulo: CLADEM, Brasil, p. 419-446. 1995.

sociedade poderia ser considerada vítima¹⁵⁴. Com base no apontado no capítulo anterior, as mulheres negras não estavam inseridas no arquétipo de gênero do período, depreende-se que eram consideradas degeneradas, logo, não eram dignas de proteção penal.

A criminologia crítica apresenta uma mudança, pois estuda os processos de criminalização como uma construção social do comportamento criminoso e de sujeitos criminalizados, “o crime aqui não é fruto de uma escolha individual, mas das condições sociais, da cultura, da aprendizagem”¹⁵⁵. Compreende-se que no geral mulheres possuem uma carreira criminal mais curta, raramente participam de crimes organizados com alta lucratividade, e os crimes perpetrados por elas não são altamente violentos e tendem a não serem repetidos. Entretanto, apesar dessas particularidades, constata-se que as taxas criminais da mulher, assim como o homem, demonstram que são de classe baixa, com baixo nível de escolaridade, com sub-empregos ou desempregados, e de grupos minorizados¹⁵⁶.

Averigua-se que a teoria da criminologia crítica possui sua análise centralizada nas desigualdades reproduzidas pelo controle penal na violência estrutural da sociedade capitalista (classe), e ainda está ligada ao mito da democracia racial. Essa visão é criticada, já que “a criminologia crítica latino-americana não parece saber articular adequadamente as categorias analíticas referentes às opressões de classe, gênero e raça; pois gênero e raça, quando aparecem, são complementares e subsidiários à classe”¹⁵⁷.

Nas últimas décadas é possível identificar a maior incidência do variável gênero, contudo a categoria de raça ainda é deixada de lado, e “acaba sendo tomada de forma tangencial e ilustrativa”¹⁵⁸. Ressalta-se a importância da interseccionalidade das categorias de gênero, raça e classe, pois a desconsideração

¹⁵⁴ MARTINS, Simone. A Mulher Junto às Criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 111-124, jan./abr. 2009. p. 114-115.

¹⁵⁵ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 71.

¹⁵⁶ CLARKE, Chris. Gender, Crime and Criminology. **Manchester Law Review Crime and Ethics**, vol. 3, out. 2014, p. 88-100. p. 90-91.

¹⁵⁷ ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas Feministas Em Criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 146/2018, p. 435 - 455. p. 438.

¹⁵⁸ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>>. Acesso em: 29/08/2018. p. 124.

do fator racial no Brasil exclui praticamente a metade da população, não sendo possível realizar uma análise do controle penal¹⁵⁹. Consequentemente, como no caso das mulheres, essa negligência “obstaculiza o conhecimento e a compreensão da conduta delitiva e do controle social geral”¹⁶⁰.

A opressão de raça e o patriarcalismo são anteriores ao sistema capitalista, portanto, antecedem a desigualdade de classe, e são distintas a essa¹⁶¹. Assim, o estudo das funções desempenhadas pelo controle penal não pode deixar de lado a realidade marginal. Desse modo, o estudo a partir apenas da categoria de classe “implica em negligenciar outras dimensões de opressão, a exemplo do patriarcalismo e do racismo, que instrumentalizam inclusive as relações classistas, em especial num país com uma formação histórica tão atrelada e dependente dessas condicionantes como o Brasil”¹⁶².

A criminologia deve levar em consideração o contexto social do país. A criminologia crítica tradicional, ao não adotar em suas formulações os critérios de raça, gênero e classe, sem hierarquizações, terminará por dar forças às grandes narrativas de países europeus, levando ao reforço das rotulações que a mesma aponta como existentes na sociedade. Ao ignorar o gênero, a criminologia crítica “diminui, portanto, a capacidade de a criminologia crítica pensar desde o nosso lugar, colonizado, marcado pelas diferenças de gênero raça e classe e não, tão somente, pela desigualdade entre as classes”¹⁶³.

Desse modo, a criminologia crítica feminista busca quebrar este paradigma e destacar a lógica do patriarcado, sendo que o machismo não pode ser considerado como fruto da sociedade capitalista, haja vista que a opressão é “anterior e distinta, produto da estrutura patriarcal da sociedade”. Assim como na criminologia crítica geral, também nessa corrente é observado que apenas alguns grupos de mulheres,

¹⁵⁹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 29/08/2018. p.124-125.

¹⁶⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínimo: códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p. 93.

¹⁶¹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 29/08/2018. p. 125.

¹⁶² FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 29/08/2018. p. 126.

¹⁶³ ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas Feministas Em Criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 146/2018, p. 435 - 455. p. 439.

que correspondem à figura da mulher honesta são dignas da proteção penal, podendo ser consideradas vítimas. Já que, “a seletividade ocorre para os dois lados e o discurso criminológico feminista propõe-se a desconstruir ambos”¹⁶⁴, e a ampliação do direito penal, com o consequente punitivismo, não gera mais segurança às mulheres no geral, apenas aumenta a seletividade sobre a figura da agressora e da agredida.

A criminologia crítica observa o sistema penal a partir de uma visão macrossociológica, no marco das categorias de gênero e patriarcado, debatendo a relação desta com o controle penal, da mulher como vítima, sob um viés da vitimologia crítica. Considera-se que ao sofrer uma violência a mulher, vítima, é subjugada a uma cultura de discriminação, humilhação e estereotipia¹⁶⁵.

A proposta da criminologia feminista consiste em alternativas à criminalização de conflitos, evitando a judicialização dos conflitos que utilizam a penalização como forma de prevenção de crimes, levando o embate para o âmbito do direito constitucional para que haja respeito à mulher enquanto sujeito¹⁶⁶. No entanto, evidencia-se que a pena é instrumento do direito penal para a manutenção do *status quo*. Se a criminologia e os sistemas punitivos repercutem a ordem social, econômica e política, é preciso nadar contra a corrente e suprimi-los, especificamente ao tratar de mulheres negras, que são oprimidas pelas instituições oficiais de controle.

O macrossistema penal não distribui as penas igualitariamente, há uma seleção das vítimas e dos autores, com base em sua posição e reputação social. Ao se referir às mulheres o sistema penal observa a reputação sexual destas, “estabelecendo uma grande linha divisória entre as mulheres consideradas honestas, que podem ser consideradas vítimas pelo sistema, e as mulheres ‘desonestas’, que o sistema penal abandona, à medida que não se adaptam aos padrões de moralidade sexual impostas pelo patriarcalismo à mulher”¹⁶⁷.

¹⁶⁴ MARTINS, Simone. A Mulher junto às Criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 1, p. 111-124, jan-abr. 2009. p. 120.

¹⁶⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia**: o controle penal para além da (des)ilusão. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. p. 132.

¹⁶⁶ MARTINS, Simone. A Mulher junto às Criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 1, p. 111-124, jan-abr. 2009. p. 120.

¹⁶⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 105-117. p.114.

É preciso atentar que, apesar de a partir da década de 90 a criminologia crítica tenha iniciado uma ligação maior com o movimento feminista, o aporte realizado e as evoluções do movimento feminista não foram trazidos para a análise do sistema penal. Já que, de acordo com o já apresentado, neste período corresponde ao da terceira onda feminista, que é o feminismo da diferença, que traz maior força o debate da opressão de gênero e raça, o que não é verificado nos debates criminológicos¹⁶⁸.

Nessa toada, a introdução da categoria gênero é extremamente recente, e ainda não acompanha as evoluções da teoria feminista¹⁶⁹, e a justiça criminal ainda preserva a uma imagem avessa de feminino, com a defesa da moral, pureza e moralismo. Imagem essa, que historicamente nunca foi atribuída às mulheres negras, que sofriam constantes assédios de seus senhores de engenho e que após a abolição da escravidão ainda tiveram seus corpos compreendidos como a disposição do patrão. A vitimização é um privilégio branco, que protege a mulher honesta, digna de ser tutelada pelo sistema criminal, já a mulher negra “carrega em si a fonte de tanta excitação masculina só pode ser entendida como partícipe do crime sexual, nunca como sua vítima”¹⁷⁰. Por isso, a mulher negra é a “a antimusa de um sistema penal que, atravessado pelo racismo e patriarcalismo, está muito mais a serviço da legitimação desse tipo de violência do que contra a sua materialização”¹⁷¹.

A corrente positivista de Nina Rodrigues apresentava uma divisão entre mulheres, existiam, portanto, aquelas: “senhoras, mães, castas, puras e brancas contrapõem-se a escravas, infanticidas, sensuais, lascivas, imorais, sem religião e

¹⁶⁸ ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas Feministas Em Criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 146, p. 435 – 455, 2018. p. 438.

¹⁶⁹ ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas Feministas Em Criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 146, p. 435 – 455, 2018. p. 438.

¹⁷⁰ ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas Feministas Em Criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 146, p. 435 – 455, 2018. p. 444.

¹⁷¹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>>. Acesso em: 29/08/2018. p. 133.

negras”¹⁷². As mulheres negras foram introduzidas no discurso criminológico da seguinte forma:

A sensualidade do negro pode attingir então ás raias quasi das perversões sexuaes morbidas. A excitação genesica da *classica mulata* brasileira não póde deixar de ser con-siderada um typo anormal. "Nunca se frizou bastante, diz o Sr. José Veríssimo (A educação nacional, Pará, 1890), a depravada influencia deste caracte-rístico typo brasileiro, a mulata, no amolecimento do nosso character. "Esse fermento do aphrodisismo patricio", como lhe chama o Sr. Sylvio Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade physica e moral. A poesia po-pular brasileira nol-a mostra, com insistente preocupação apaixonada, em toda a força dos seus attractivos e da sua influencia. O povo amoroso se não fatiga em celebrar-lhe, numa nota lubrica, os encantos, que elle es-miuça, numa soffreguidão de desejos arden-tes. Canta-lhe a volupia, a magia, a luxuria, os feitiços, o faceirice, os dengues, os quindins, como elle diz na sua linguagem piegas, 'desejosa, sensual.¹⁷³

Tal imagem ainda compõe o imaginário social sobre elas. Ainda, o discurso médico-legal da sociedade escravagista condenava até mesmo a utilização de mulheres negras como amas de leite, já que “as negras, de modo geral, passariam a ser consideradas elementos corruptivos da família senhorial, sendo acusadas de trazer para dentro de casa toda espécie de vícios superstições e principalmente doenças”¹⁷⁴. O leite negro era fonte de doenças físicas, morais, vícios e paixões que corrompiariam o pequeno senhor¹⁷⁵.

Por essas imagens ainda muito presentes no discurso criminológico da mulher negra ressalta-se a necessidade de uma criminologia feminista com um viés que destaca a racialidade. Com base no feminismo negro, que leva em consideração as experiências das mulheres negras para a construção teórica, assim também deve ocorrer com a perspectiva feminista e de raça na criminologia, verificando as experiências das mulheres negras e o sistema penal¹⁷⁶. Alguns pontos devem ser evidenciados no estudo da criminologia feminista negra: “1) a

¹⁷² GIACOMINI, Sonia Maria. **Ser mulher e escrava**. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1988. p. 76.

¹⁷³ RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Editora Guanabara, 1895. p.153-154.

¹⁷⁴ SOARES, Cecília Moreira. Mulher negra na Bahia do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Bahia: 1994. p. 33.

¹⁷⁵ SOARES, Cecília Moreira. Mulher negra na Bahia do século XIX. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Bahia: 1994. p. 33.

¹⁷⁶ POTTER, Hillary. **An Argument for Black Feminist Criminology**: Understanding African American Women's Experiences with Intimate Partner Abuse Using an Integrated Approach. Feminist Criminology, University of Colorado, v. 1, n. 2, p. 106-124, 2006. p. 110-111.

opressão estrutural sobre as mulheres negras (o racismo, o classismo, o sexismo); 2) a relação dessas mulheres com a comunidade; 3) as relações íntimas; e 4) os seus anseios enquanto indivíduos”¹⁷⁷.

Adaptado à perspectiva brasileira, a criminologia feminista negra deveria também abordar as seguintes questões:

opressão das mulheres em comunidades dominadas pelo crime organizado; a cultura da comunidade e sua relação com essa violência; os laços familiares das mulheres e por fim, a imagem social da mulher sozinha ou mesmo sua vulnerabilidade a outras violências, caso rompesse a relação afetiva¹⁷⁸.

Por fim, entende-se ser necessário o fortalecimento de uma base teórica criminológica e político criminal que oriente o movimento das mulheres negras, deixando mais claro a existência e especificidades de uma política feminista no Brasil, como forma de defesa das violências historicamente identificadas. É preciso fortalecer o discurso criminológico feminista e que esta incorpore as críticas do movimento feminista de terceira onda, a fim de desconstruir a seletividade do sistema¹⁷⁹. Tendo em vista que estigmatização das mulheres negras é diferenciada, bem como a sua condição de vítima.

¹⁷⁷ FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 44.

¹⁷⁸ CAMPOS, Carmen Hein de. Criminologias feministas: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo. In: ANDRADE, V. R. P.; ÁVILA, G.N.; CARVALHO, G.M.. (Org.). **Criminologias e Política Criminal**. Florianópolis: CONPEDI, v. 01, p. 187-201, 2014. p. 192.

¹⁷⁹ MARTINS, Simone. A Mulher junto às Criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 1, p. 111-124, jan-abr. 2009. p. 120.

4 A MULHER NEGRA EM BUSCA DA PROTEÇÃO PENAL

A violência contra a mulher durante muito tempo foi naturalizada, até que o movimento feminista passou a denunciá-la nas últimas décadas, e ganhou importância internacional com “a equiparação da violência como forma de discriminação contra o gênero feminino e a consideração dessa forma de manifestação violenta contra a mulher como uma infração aos direitos humanos”¹⁸⁰. A violência contra a mulher ocorre pelo simples fato de ser mulher. É um reflexo da manifestação histórica da relação de poder desigual existente entre homem e mulher¹⁸¹.

O presente capítulo pretende inicialmente analisar a conjuntura da mulher negra em situação de violência¹⁸². O movimento de mulheres buscou no sistema legal uma forma de reconhecimento dos danos resultantes da sistemática opressão e dominação masculina. Evidenciando que a mulher é exposta a diversas formas de violência - como a simbólica, a física, psicológica ou emocional, a moral, a sexual, a patrimonial ou econômica, a institucional, a midiática e a cultural, a obstetrícia e a empregatícia - o discurso feminista, assimilando essas experiências de sofrimento reivindicou o seu reconhecimento no sistema legal¹⁸³.

O apego ao simbolismo penal por parte do movimento feminista, como já exposto no segundo capítulo da presente redação, impulsionou a criação de leis de proteção da mulher, como as mudanças do Código Penal, a Lei Maria da Penha e a criação da qualificadora do feminicídio. Dessa forma, é que a rotina nos tribunais ganha destaque no estudo da violência contra a mulher e ratifica ideais sobre a

¹⁸⁰ BAKER, Milena Gordon. **A Tutela Penal da Mulher no Direito Penal Brasileiro**: a violência física contra o gênero feminino. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 2.

¹⁸¹ BAKER, Milena Gordon. **A Tutela Penal da Mulher no Direito Penal Brasileiro**: a violência física contra o gênero feminino. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 2-3.

¹⁸² Influência direta da Lei Maria da Penha sobre a literatura jurídica em que ocorre a intencional mudança do termo “vítimas” de violência pela expressão “mulheres em situação de violência”. Busca, dessa maneira, retirar o estigma contido na categoria ‘vítima’, bem como ao utilizar tal expressão demonstra situação complexa que a lei abarca e o caráter transitório da violência que estas mulheres vivem. O movimento feminista também modificou esta questão, e entende que esta forma de adjetivação coloca as mulheres na posição de ‘objeto’ da violência, e não como sujeitas se direitos. CAMPOS, Carmem Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: _____ (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma Perspectiva Jurídico-Feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 143-169, 2011. p.146.

¹⁸³ FINLEY, Lucinda M. **The Nature of domination and the nature of women: reflections on feminism Unmodified**. Cambridge: Harvard University Press, 1988, p. 2.

divisão de gênero e conceito tradicional de família. Dado que a legislação não é neutra, e tampouco a atuação do judiciário.

Frente às estratégias penais para tratar a questão da violência contra a mulher, nota-se que o conceito de ‘vítima’ implica algumas dificuldades, não só em relação a vitimização primária, fruto da ofensa penal, mais além com a vitimização secundária, produzida pelo funcionamento do sistema criminal, que traz consequências para a vida das que são afetadas pela passagem nesse sistema¹⁸⁴.

A autora Vera Regina de Andrade Pereira afirma que o sistema penal é ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência, isto porque “não previne novas violências, não escuta os distintos interesses das vítimas, não contribui para a compreensão da própria violência sexual e da gestão do conflito, e muito menos para a transformação das relações de gênero”¹⁸⁵. Além disso, a violência exercida sobre elas é duplicada, dado que após passar pela violência física, resultado da opressão patriarcal, a mulher ainda é submetida à violência institucional plurifacetada do sistema, que também exerce seu controle social, de forma seletiva e estigmatizante sobre as vítimas¹⁸⁶, e “reproduz dois grandes tipos de violência estrutural da sociedade: a violência da estrutural das relações capitalistas (desigualdade de classes) e a violência das relações patriarcais (desigualdade de gênero), recriando estereótipos inerentes a estas duas formas de desigualdade”¹⁸⁷. Acrescente-se ao pensamento da autora que o sistema penal reproduz a violência racial.

Ainda, o presente capítulo versa sobre as definições abstratas do feminicídio enquanto conduta antijurídica para, posteriormente, analisar como a figura se manifesta diferencialmente quanto se trata do feminino negro, a fim de evidenciar as violências vivenciadas pelas mulheres negras a partir de um viés de raça. Serão realizadas, também, relações com o fenômeno da violência doméstica, já que em muitos casos o feminicídio é resultado final dessas.

¹⁸⁴ BODELÓN, Encarna. Relaciones Peligrosas: género y derecho penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 29, p. 233 – 246, jan – mar. 2000. p. 7.

¹⁸⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. p. 131.

¹⁸⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. p. 131.

¹⁸⁷ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999. P. 105-117. p.113.

4.1 O FEMINICÍDIO COMO CONDUTA ANTIJURÍDICA

O termo feminicídio foi utilizado pela primeira vez por Diana Russel em 1976 durante o Primeiro Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres, contribuindo para a identificação do caráter sexista em que determinados crimes eram cometidos¹⁸⁸. Todavia, o seu conceito foi definido apenas posteriormente em 1992 no livro *Femicide: the politics of woman killing*, da referida autora juntamente com Jill Radford, que definiram o feminicídio como o assassinato de mulheres, perpetrados por homens em razão do ódio, do desprezo, do prazer ou de sentimento de propriedade sobre as mulheres, seria uma espécie de terrorismo sexual ou genocídio de mulheres¹⁸⁹.

Nos países latino-americanos, o debate sobre feminicídio teve início apenas a partir dos anos 2000. O tema foi introduzido por Marcela Lagarde, que adaptou à realidade sociopolítica mexicana o termo feminicídio, já que esta considera que como foi definido na tradição estadunidense seria incapaz de explicar o contexto dos assassinatos na América Latina, pois não considera a perspectiva política implícita¹⁹⁰. O feminicídio para autora deve abarcar não só a violência particular exercida pelo homem contra a mulher, mas também a violência institucional e a violência da comunidade, pois trata-se de um fenômeno de violência sistêmica entrelaçado a todos os tipos de relações sociais¹⁹¹. Por isso, o termo feminicídio não corresponde apenas a um mero homicídio de um corpo biológico da mulher, se relaciona com a ampla tolerância com a violência de gênero e a consequente impunidade dos agressores¹⁹².

O feminicídio, em regra, não constitui um fato apartado na vida das mulheres, trata-se de uma continuação de sucessivas violações psicológicas, físicas,

¹⁸⁸ FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Violência de gênero e Direito Penal: análise da racionalidade da tipificação do feminicídio no Brasil. **Revista Fórum de Ciências Criminais**, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 241-272, jan./jun. 2016. p. 242.

¹⁸⁹ RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana E. H. *Femicide: The Politics of Woman Killing*. Nova York: Twayne Publishers, 1992. p. 34.

¹⁹⁰ FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Violência de gênero e Direito Penal: análise da racionalidade da tipificação do feminicídio no Brasil. **Revista Fórum de Ciências Criminais**, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 241-272, jan.-jun. 2016. p. 243.

¹⁹¹ Marcela Lagarde diferencia o femicídio, assassinato de mulheres, do feminicídio, assassinato de mulheres por razões de gênero em razão da negligência estatal, este configura um crime de lesa humanidade. LAGARDE, Marcela. *Del Femicidio al Feminicidio*. **Desde el Jardín de Freud – Revista de psicoanálisis**, Bogotá: v. 6, p. 216-225, 2006. p. 223-224.

¹⁹² LAGARDE, Marcela. *Del Femicidio al Feminicidio*. In: *Desde el Jardín de Freud – Revista de psicoanálisis*, Bogotá: v. 6, p. 216-225, 2006. p. 221.

sexuais, patrimoniais, entre outras. É importante frisar que o “feminicídio é a etapa final do continuum da violência contra a mulher, muitas destas mortes são ‘anunciadas’ e evitáveis”¹⁹³. Trata-se de um delito que na maioria das vezes é executado por homens próximos à vítima – familiares, marido, companheiros e ex-companheiros, etc.- em razão de um sentimento de posse sobre estas. O feminicídio configura, em vista disso, um assassinato em que as mulheres são mortas por não cumprirem o papel normatizado de gênero¹⁹⁴.

Entretanto, não se trata apenas de homicídios no âmbito familiar/doméstico, esse delito abrange mortes ocasionadas por tortura, mutilação, escravidão sexual, estupro, assédio sexual, abuso sexual fora da família, espancamento, as perseguições e morte das bruxas na Europa, os sacrifícios de noivas e viúvas na Índia, negação de proteína em algumas culturas, os crimes de honra em alguns países da América Latina e do Oriente Médio, e demais atos da sociedade patriarcal que configuram violações psicológicas, físicas e institucionais em mulheres¹⁹⁵.

Na última década, diversos países da América Latina tipificaram o feminicídio como crime diferenciado do homicídio, tendo sido classificado e conceituado de diferentes formas, na medida em que “não há acordo nas legislações: em algumas, trata-se de um tipo penal próprio, em outras de uma qualificadora ou agravante; algumas tratam apenas das mortes em contexto de violência doméstica, outras possuem formatos mais amplos”¹⁹⁶. O relatório de Contribuições ao debate sobre a Tipificação do Feminicídio/Femicídio, elaborado pelo Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM), expõe a inexistência de um acordo entre feministas e defensores dos direitos humanos sobre a tipificação

¹⁹³ MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/11/2018. p. 3078.

¹⁹⁴ MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/11/2018. p. 3079.

¹⁹⁵ MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/11/2018. p. 3079.

¹⁹⁶ DINIZ, Debora et al. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 144, p. 225-239, mai-jun, 2015. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBCCrim_n.114.07.PDF>. Acesso em: 16/10/2018. p. 2.

do delito¹⁹⁷, ainda, por se tratar de uma discussão recente na região fica evidenciada a dificuldade de desenvolver uma doutrina penal consolidada, a fim de orientar as novas iniciativas de definir essa conduta antijurídica, conseqüentemente verifica-se a falta de homogeneidade entre as políticas criminais nos diversos países¹⁹⁸.

No Brasil, a discussão de tipificação do feminicídio foi impulsionada em razão de encontrar-se entre os países que mais matam mulheres no mundo¹⁹⁹. Assim, em 2013, foi criada no Senado Federal a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e averiguar denúncias de omissão das instituições públicas frente à aplicação dos instrumentos legais de proteção²⁰⁰. Dentre as várias propostas apresentadas pelo Legislativo, que resultaram desse estudo, foi a criação do tipo feminicídio.

Ao nomear, ao tipificar o feminicídio existe o propósito de modificar práticas investigativas e a estrutura da justiça do Estado. Ao reconhecer a existência desse grave problema na sociedade, busca-se: conhecer o fenômeno, já que “o tipo penal neutro de homicídio não mais esconderia o que permanece asilado na casa, nas cifras ocultas, ou no universo abstrato das taxas de homicídio”²⁰¹; a simbologia presente na tutela penal, para fins de prevenção geral negativa; e a determinação de uma punição específica para o ato²⁰².

Diferentemente da lei Maria da Penha, a qualificadora do feminicídio não abrange o termo de gênero, portanto apenas refere-se ao sexo feminino,

¹⁹⁷ CLADEM. Contribuições ao debate sobre a Tipificação do Feminicídio/Femicídio, 2012. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/10/CLADEM_TipificacaoFeminicidio2012.pdf>. Acesso em: 20/10/2018.

¹⁹⁸ FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Violência de gênero e Direito Penal: análise da racionalidade da tipificação do feminicídio no Brasil. **Revista Fórum de Ciências Criminais**, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 241-272, jan./jun. 2016. p. 244.

¹⁹⁹ Segundo dados de 2015, o Brasil é o quinto país do mundo que mais mata mulheres no mundo. Nas quatro primeiras posições encontram-se El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, respectivamente. WASELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília. 2015. Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

²⁰⁰ SOUZA, Luciano Anderson de; FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Desvios na Construção de um Direito Penal de Gênero: um problema chamado Poder Legislativo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 147, p. 459 - 477, Set. 2018. p. 3.

²⁰¹ DINIZ, Debora et al. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 144, p. 225-239, mai-jun, 2015. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBCCrim_n.114.07.PDF>. Acesso em: 16/10/2018. p. 3.

²⁰² DINIZ, Debora et al. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 144, p. 225-239, mai-jun, 2015. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBCCrim_n.114.07.PDF>. Acesso em: 16/10/2018. p. 3.

biológico, cerceando a possibilidade de abranger a identificação pelo gênero²⁰³. Isso porque, após diversos debates na Câmara dos Deputados quanto a utilização do termo “gênero”, considerado ofensivo ao princípio da igualdade, bem como ao utiliza-lo a redação se tornaria ambígua²⁰⁴. O dispositivo incluído pela Lei 13.104 de 2015 possui a seguinte redação:

Art. 121. Matar alguém:

...

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

...

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

...

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Essa modificação na redação foi proposital, o que evidencia a inexistência de um legislador neutro na produção de normas, especialmente quanto a lei penal. A escolha do legislador é criticada, pois ignorou a luta do movimento feminista pelo reconhecimento da categoria ‘gênero’, além de ser excludente. Além disso, a proposição de respostas legais padronizadas exclui a possibilidade de ação como sujeito político das mulheres, já que o conceito unificado de vítima é verificado por uma perspectiva de violência de gênero normatizadora²⁰⁵.

A consumação do feminicídio é decorrência direta do histórico e acúmulo de opressões em decorrência do gênero, logo, é um crime com categorias misóginas que não possui apenas uma dimensão física, possui componentes emocionais, sexuais e de desfiguração da mulher vitimizada, que ousou transgredir o seu papel de subordinada²⁰⁶. É um delito que busca a manutenção do sistema patriarcal, e as

²⁰³ “o objetivo da nova redação não foi linguístico, mas parte de um projeto político específico encabeçado por bancada religiosa e conservadora com o intuito de cercear a chamada ‘ideologia de gênero’”. SOUZA, Luciano Anderson de; FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Desvios na Construção de um Direito Penal de Gênero: um problema chamado Poder Legislativo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 147, p. 459 - 477, Set. 2018. p. 5.

²⁰⁴ SOUZA, Luciano Anderson de; FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Desvios na Construção de um Direito Penal de Gênero: um problema chamado Poder Legislativo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 147, p. 459 - 477, Set. 2018. p. 4.

²⁰⁵ CAMPOS, Carmen Hein. Violência de gênero e o novo sujeito do feminismo criminológico. Texto apresentado no evento Fazendo Gênero, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278297085_ARQUIVO_Violenciadegeneroe_sujeitonofeminismocriminologico1.pdf>. Acesso em: 25/10/2018.p. 5.

²⁰⁶ PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>>. Acesso em: 31/10/2018. p. 231.

formas de violência estão relacionadas como sequela da desigualdade entre homens e mulheres²⁰⁷. Por essas características é possível relacionar o feminicídio com o genocídio, pois trata-se de extermínio de um grupo de gênero por outro²⁰⁸.

Por possuir esse caráter estrutural na sociedade, a violência contra a mulher é crônica e necessita de constante atenção, principalmente para que sejam fortalecidos os meios para seu atendimento e cuidado. De outro lado, o feminicídio ocorre abruptamente. Nada obstante, os indícios do risco de morte podem ser identificados nos protocolos do serviço de saúde e de proteção a agressões contra mulheres, por isso é necessário consolidá-los.²⁰⁹

Um estudo realizado a respeito dos feminicídios no Brasil²¹⁰ demonstra que grande parcela do Judiciário não está preparado para lidar com delitos que envolvam uma perspectiva de gênero, “fazendo não só com que o homicídio de mulheres seja invisibilizado em suas reais motivações (que em geral é expressão do ápice de um histórico de opressões), mas também que se pratique uma verdadeira violência institucional contra a vítima”²¹¹. O estudo “*A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil*” realiza uma análise de julgamentos do Tribunal do Júri, e conclui que este reforça os estereótipos, já que muitas vezes a defesa do réu culpabiliza a vítima, e busca a condenação por um homicídio privilegiado alegando violenta emoção²¹².

A construção da imagem da vítima recorre a representações de papéis de gênero, que vão de vítima à degenerada, com a utilização de adjetivos como “boa

²⁰⁷ PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>>. Acesso em: 31/10/2018. p. 230.

²⁰⁸ PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>>. Acesso em: 31/10/2018. p. 230.

²⁰⁹ MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/11/2018. p. 3038.

²¹⁰ MACHADO, Marta Rodrigues de Assis (coord.). **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. v. 1. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cejus_FGV_femicidiointimo2015.pdf>. p. 67-69.

²¹¹ COUTO, Maria Claudia Giroto do. Solidão e Risco no Campo dos Afetos: uma análise sobre violências simbólicas e fatais vivenciadas por mulheres negras. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 146, p. 539 – 556, ago. 2018. p. 8.

²¹² MACHADO, Marta Rodrigues de Assis (coord.). **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. v. 1. Disponível em: [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cejus_FGV_femicidiointimo2015.pdf]. p. 66.

mãe”, “trabalhadora”, “esposa exemplar”, o oposto disso é dito na tentativa de diminuir a gravidade do ato do réu²¹³. A imagem no processo penal das mulheres “são classificadas no espectro que vai da castidade à devassidão, da obediência à transgressão”²¹⁴.

A mesma dualidade ocorre com os homens, de um lado o homem trabalhador, leal e provedor, de outro, ciumento, possessivo, violento. No entanto ainda assim, essas características negativas podem ser utilizadas em favor do acusado, como em situações em que o crime foi cometido por “amar demais”, ou por um sentimento de traição²¹⁵.

Conforme demonstrado por diversas vezes no presente trabalho, a imagem da mulher negra historicamente não se relaciona com os padrões sociais de gênero. Não é à toa que em muitos países as vítimas do feminicídio, em sua maioria, são jovens, não brancas, de classe baixa, oriundas de regiões mais pobres²¹⁶. Isso porque “a destruição da vida das mulheres negras é facilitada pelas discriminações acumuladas”²¹⁷, assim, o feminicídio é a agressão fatal que expõe a sistemática de violências institucionais e as demais formas de subordinação que estão expostas diariamente.

Assim, verifica-se novamente a posição contraditória da lógica punitiva na defesa de grupos minorizados, já que o sistema penal objetiva a manutenção do *status quo*, e por isso, seleciona aqueles que podem ser vítimas, e os que se encaixam no perfil de agressores²¹⁸.

²¹³ MACHADO, Marta Rodrigues de Assis (coord.). **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. v. 1. 72p. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cejus_FGV_femicidiointimo2015.pdf>. p. 47-49.

²¹⁴ MACHADO, Marta Rodrigues de Assis (coord.). **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. v. 1. 72p. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cejus_FGV_femicidiointimo2015.pdf>. p. 47.

²¹⁵ MACHADO, Marta Rodrigues de Assis (coord.). **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. v. 1. 72p. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cejus_FGV_femicidiointimo2015.pdf>. p. 50.

²¹⁶ MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/11/2018. p. 3080.

²¹⁷ INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Feminicídio: #InvizibilidadeMata, 2017. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio>>.

²¹⁸ KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996. p. 81-91.

4.2 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADES EM NÚMEROS

bell hooks afirma que as mulheres negras são ‘só corpo, sem mente’²¹⁹, seus corpos foram sexualizados, foram objetificados, foram propriedade de senhores de escravos, e foram constantemente marginalizados com a intenção de justificar a sua exploração. Por isso, “as mulheres mais precarizadas pelo patriarcado têm cor e geografia: são negras e oriundas de regiões administrativas mais pobres”²²⁰.

Historicamente, as violências contra mulheres negras foram romantizadas durante o período da escravidão acabaram sedimentadas no imaginário nacional, algo que dificulta o acesso à condição de vítimas potenciais de violências de caráter sexual. A concessão de “favores sexuais” fazia parte da rotina das mulheres negras na casa grande, que após a abolição foi transferida para as dependências de empregadas²²¹.

Essas violências dificilmente eram expostas pelas mulheres pelo medo de suas vozes não serem ouvidas e de sofrerem represálias ou serem extorquidas por seus empregadores, conforme:

[...] tal como na época da escravidão, o homem negro que protestasse contra esse tipo de tratamento para sua irmã, filha ou esposa poderia esperar ser punido. ‘quando meu marido foi tirar satisfações com o homem que me insultou, o homem o amaldiçoou, o esbofeteou e ... mandou prendê-lo! A polícia multou meu marido em 25 dólares’. Depois que ela testemunhou, sob juramento, à corte, ‘o velho juiz ergueu os olhos e disse: ‘esta corte nunca acatará a palavra de uma preta contra a palavra de um homem branco’²²²

As várias representações da mulher negra na sociedade servem apenas para mantê-las passivas e confusas em relação à violência²²³. Por conseguinte,

²¹⁹ HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 03/11/2018. p. 6.

²²⁰ DINIZ, Debora et al. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 144, p. 225-239, mai-jun, 2015. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBCCrim_n.114.07.PDF>. Acesso em: 16/10/2018. p. 6.

²²¹ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 29/08/2018. p.131.

²²² DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 100.

muitas vezes quando sofrem violência não se consideram possuidoras do direito à denúncia ou até mesmo em se identificar como vítimas de agressões, as vezes naturalizadas. Tal como ocorreu no caso de Sirlei, negra, empregada doméstica, que estava a caminho do trabalho, por volta de 5 horas, quando foi agredida por cinco jovens. Após a agressão ela se dirigiu ao trabalho em vez de denunciar a agressão, apenas por orientação de seu empregador foi ao hospital e à polícia. Os jovens pretenderam justificar a agressão afirmando que se tratava de uma prostituta²²⁴.

As experiências de violência a que são expostas as mulheres negras devem ser visualizadas a partir da interseccionalidade das categorias raça, gênero, classe, as quais criam um sistema discriminatório em que a interação entre esses eixos de subordinação híbrido reforça as opressões²²⁵. Consequentemente, as suas demandas apenas são valorizadas quando “se aproximassem dos sujeitos universais dentro de cada marcador de diferença, quais sejam, o homem negro e a mulher branca”²²⁶, de modo que mulher negra se encontra em um espaço de convergência de invisibilidades.

Corroborando com essa perspectiva teórica, o Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres de 2015 aponta que no período de 2003 a 2013 o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, o que significa que de 1.747 vitimizações de mulheres brancas o número foi reduzido para 1.576 mortes em 2013²²⁷. No mesmo período, o número mulheres negras vítimas de homicídios cresceu 54,2%, em 2003 morreram 1.864 mulheres negras, e em 2013 os dados apontam o homicídio de 2.875. Dentre as conclusões desse estudo, tem-se que:

“a. Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no País. b. As taxas de homicídio da população branca tendem, historicamente, a cair, enquanto aumentam as

²²³ WHITE, E. O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica. In: WERNECK, J. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2002. p.148.

²²⁴ GLOBO. 2 4/06/2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,AA1571751-5598,00.html>>. Acesso em: 04/09/2018.

²²⁵ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002. p. 4.

²²⁶ COUTO, Maria Claudia Giroto do. Solidão e Risco no Campo dos Afetos: uma análise sobre violências simbólicas e fatais vivenciadas por mulheres negras. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 146, p. 539 – 556, ago. 2018. p. 5.

²²⁷ WAISELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília. 2015. Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. p. 30.

taxas de mortalidade entre os negros. c. Por esse motivo, nos últimos anos, o índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica”²²⁸

Além disso, ao observar as taxas de homicídio a cada 100 mil mulheres brancas, verifica-se que decresceram 11,9%, em 2003 o número era de 3,6 por 100 mil brancas, já em 2013 o número caiu para 3,2²²⁹. Quanto aos dados das mulheres negras houve um aumento de 4,5 para 5,4 por 100 mil, correspondendo a um crescimento de 19,5%.

Verifica-se também que o índice de vitimização negra cresceu, que é a distância relativa entre as taxas de vítimas brancas e negras, ou seja, é o contraste entre as taxas de homicídio de mulheres de ambos os grupos. Esse índice “em 2003, era de 22,9%, isso é, proporcionalmente, morriam assassinadas 22,9% mais negras do que brancas. O índice foi crescendo lentamente, ao longo dos anos, para, em 2013, chegar a 66,7%”²³⁰. Apenas três unidades da federação, Mato Grosso, Paraná e Rondônia tiveram índices superiores de homicídio de mulheres brancas.

O canal telefônico (ligue 180) para realizar denúncias e buscar informações sobre violência doméstica, de acordo com o balanço realizado em 2016, é acessado em 50,53% das vezes por mulheres que se autodeclaram negras²³¹. Segundo o Diagnóstico dos homicídios no Brasil de 2015, 72,8% das mulheres que morrem em razão de agressões são negras²³². Novamente, deve ser ressaltado que este dado não se desliga do delito de feminicídio, já que na maioria dos casos este é apenas uma continuação das agressões domésticas.

O Atlas da Violência 2018 registra dados semelhantes aos anteriores. De acordo com o estudo, em 2016 foram registrados 4.645 assassinatos de mulheres no país, o que equivale a uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras.

²²⁸ WASELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília. 2015. Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> p. 29.

²²⁹ WASELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília. 2015. Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. p. 31/33.

²³⁰ WASELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília. 2015. Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. p. 30.

²³¹ BRASIL. 07/03/2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/ligue-180-realizou-mais-de-um-milhao-de-atendimentos-a-mulheres-em-2016>>. Acesso em: 25/10/2018.

²³² ENGEL, Cíntia Liara; et al. Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015. p. 37.

Em dez anos houve um aumento de 6,4% de mortes. É realizada uma ressalva na pesquisa: “a base de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade não fornece informação sobre feminicídio, portanto não é possível identificar a parcela que corresponde a vítimas desse tipo específico de crime”²³³. Não obstante, constata-se que a mulher vítima dessa agressão fatal já sofreu outros tipos de violência de gênero, o que significa que muitas mortes poderiam ser impedidas se mulheres tivessem apoio para sair de um ciclo de violência.²³⁴

Nota-se a existência de uma diferença abissal de 71% entre a taxa de homicídios mulheres negras (5,3) frente ao de mulheres brancas (3,1). No período de 2006 a 2016, o Atlas da Violência apurou que a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, já entre as não negras o número diminuiu 8%. Esse número que fica ainda mais chocante ao observar que em vinte estados, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu, e em doze deles o aumento foi maior que 50%. Nesse sentido, em quinze estados cresceram o número de mulheres não negra, sendo que em seis deles o aumento foi maior que 50%.²³⁵

Na contramão de todos os dados apresentados acima, dos 4.473 homicídios dolosos, apenas 946 foram considerados feminicídios²³⁶. O número de homicídios que são considerados feminicídios traz questionamentos: Qual o motivo de apenas alguns serem considerados feminicídios? Seria uma mera questão dogmática ou é fruto da seleção de vítimas realizada pelo direito penal? De quem são os homicídios que não são investigados?

As chances de uma mulher negra ser morta pelo feminicídio é três vezes maior que a de uma mulher branca. Isso pode ser ligado a diversos fatores que estão diretamente relacionados com a tripla opressão sobre esses corpos, e também com a violência institucional que constantemente enfrentam, com a falta de acesso à

²³³ D CERQUEIRA; et al. Atlas da Violência 2018. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 31/10/2018. p. 46.

²³⁴ D CERQUEIRA; et al. Atlas da Violência 2018. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 31/10/2018. p. 46.

²³⁵ D CERQUEIRA; et al. Atlas da Violência 2018. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 31/10/2018. p. 51.

²³⁶ VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados. Rio de Janeiro: **Globo**, 07 de mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghhtml>>.

educação, à saúde, à emprego, à informação e aos seus direitos, esses fatores somados as expõem a novas situações de violência”²³⁷.

Com uma leitura crítica dos dados, verifica-se a necessidade pesquisas com recorte de gênero e racial/étnico na área da violência, ainda que os dados sejam alarmantes relacionados a todas as mulheres, a interseccionalidade de opressões potencializa as situações de violência. E o número de casos considerados feminicídios acima apresentado representa mais uma dessas agressões às mulheres negras, pois nem quando mortas dolosamente são prioridade para o Estado, tornam-se apenas dados estatísticos que posteriormente serão esquecidas nas cifras ocultas e na engrenagem punitiva do judiciário.

Os dados também apresentam que a morte de uma para cada cinco mulheres não há resolução investigativa, seja por omissão policial ou pela falta de registros de autoria. Desses casos em que restaram provas de autoria, uma em cada três mulheres foi morta pelo feminicídio. Já no universo dos casos sem resolução investigativa, a probabilidade ser vítima é seis vezes maior.²³⁸ As particularidades da geografia dos assassinatos apontam o quadro de precarização “a casa é um lugar de perigo para todas, mas as mulheres negras são mortas seis vezes mais em bares e ruas que as mulheres brancas”²³⁹.

Esse panorama ganhou destaque em razão de episódio trágico da história do Brasil: o assassinato de Marielle Franco. Mulher, negra, lésbica e favelada, “representava uma exceção em espaços de poder”, era vereadora no Rio de Janeiro e trabalhou na CPI das milícias, presidido por Marcelo Freixo, motivo que levou a sua morte. A investigação da sua morte já supera o de outros casos parecidos e ainda não possui respostas concretas²⁴⁰. O caso de Marielle não tem sido considerado feminicídio, e a sua morte se une às estatísticas de homicídios não

²³⁷ PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>>. Acesso em: 31/10/2018. p. 241.

²³⁸ DINIZ, DEBORA. Alcance não tão longo. **ESTADÃO**, São Paulo, 14 Março 2015. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,alcance-nao-tao-longo,1650511>>. Acesso em: 28/10/2018.

²³⁹ DINIZ, Debora et al. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 144, p. 225-239, mai-jun, 2015. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBCCrim_n.114.07.PDF>. Acesso em: 16/10/2018. p. 6.

²⁴⁰ FÁBIO, André Cabette. A ‘investigação da investigação’ do caso Marielle pela PF. **NEXO Jornal Ltda**, 05 de nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/05/A-E2%80%98investiga%C3%A7%C3%A3o-da-investiga%C3%A7%C3%A3o-E2%80%99-do-caso-Marielle-pela-PF>>.

investigados. Questiona-se porque Marielle foi assassinada e não Marcelo Freixo? Em que pese, muitos afirmarem que seja porque o político possuía seguranças e a vereadora não, o que facilitava o delito, essa resposta não pode ser tão simplista assim. Não parece ser possível ignorar a relação direta de Marielle com o seu gênero, com a sua classe, e principalmente com a sua raça.

Importa retornar à crítica de Sueli Carneiro quanto à discriminação racial e a violência racial continuarem como tema periférico nos discursos do movimento negro e no movimento feminista. É necessário deixar de lado as políticas públicas para mulheres que partem de uma visão universalista e generalizante de mulher, e verificar as especificidades das mulheres negras²⁴¹. As mortes das mulheres negras não são valorizadas porque elas não fazem parte do estereótipo de vítimas que o sistema penal construiu, por conseguinte:

Morre-se na rua, pela violência urbana espacialmente localizada; morre-se em casa, pelas mãos do companheiro; morre-se simbolicamente pela ausência de oportunidades e pelas doses cotidianas de senso de inadequação estético. É como se o corpo negro feminino pertencesse a todos – mercado, homens, sistema –, mas não à própria mulher; motivo pelo qual a retomada da autoestima e a apropriação, pelas mulheres negras, de seus corpos e potencialidades é uma demanda política urgente²⁴²

É necessário deixar de objetificar o corpo da mulher negra e passar a enxergá-la como sujeito de direitos. O racismo é um problema estrutural, que é potencializado quando somado ao machismo, desse modo, é necessário que mais estudos sobre as vidas de mulheres negras, é preciso que essas vidas sejam colocadas em destaque para que o corpo negro feminino pertença apenas à mulher negra.

²⁴¹ CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003. P. 15-16

²⁴² CARNEIRO, Sueli. Raça, gênero e ascensão social. **Estudos Feministas**, ano 3, 2º Sem. 1995. p. 552.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista hegemônico é monolítico, homogeneizador e oculta as desigualdades existentes entre mulheres, suprimindo as formas marginais de existência e resistência. A partir da terceira onda feminista é possível perceber uma maior abertura do movimento, que até então era reconhecido popularmente como de mulheres de classe média ou alta europeu, com a produção de um discurso que valorizava a subjetividade e a alteridade. Ainda assim, persistem muitas dificuldades de que as pautas relacionadas a raça ganhem destaque no movimento.

A matriz de dominação que inflige as mulheres negras, vai além do que o discurso clássico de opressão da mulher compreende. Por isso, é necessário resgatar o período da escravidão, em que as teorias de superioridade racial ganharam maior força, de modo que permanecem enraizadas na sociedade até o presente, pois sem reconhecer a existência desse preconceito na sociedade não é possível compreender a marginalização das mulheres negras. Nesse sentido, é preciso fortalecer e disseminar o Feminismo negro dentro da pauta geral do movimento feminista, pois raça e classe são elementos estruturantes e não periféricos. A mulher negra, portanto, deve atuar dentro do movimento feminista (e também do movimento negro) ressaltando constantemente sua dupla militância.

A ligação do movimento feminista com pautas que relacionam mulher e violência, a partir da década de 80, chama atenção em razão da contrariedade pois de um lado, almeja-se o fim da criminalização do crime de aborto, e de outro procura-se o caráter retributivo do direito penal no trato da violência doméstica, estupro, e do recente feminicídio.

Frente a isso, inicialmente foi realizado o questionamento quanto à efetividade em o direito penal tutelar a violência contra a mulher e como atua quando aquela que procura a sua proteção é a mulher negra. Dentro da análise das leis penais brasileiras, constatou-se que esta, em muitos momentos, legitimou ações que contribuíram para a opressão da mulher, como delitos que protegiam de forma diferenciada a mulher virgem da mulher pública/prostituta, excluiu a ilicitude dos crimes de estupro se o ofensor se casasse com a vítima, puniu o adultério da mulher de forma mais rígida do que homens. Assim, fica claro que o direito penal está longe de ser neutro, e possui como regra o masculino, se mostra muito mais como um

meio de controlar a mulher do que “protege-la”. Quando a mulher negra sofre alguma violência e procura a tutela do sistema penal sofre novas formas de violência: a institucional, a violência da sociedade patriarcal, a violência das relações capitalistas e a violência racial. Dessa maneira, as suas vulnerabilidades são aprofundadas.

O pensamento clássico da criminologia ainda permanece no imaginário social, e arquiteta uma visão dual da mulher: a vítima, aquela que merece a proteção penal, pois se encaixa nos padrões de gênero impostos; e a degenerada, aquela que foge desse padrão. Historicamente, verifica-se que a mulher negra é encaixada no segundo grupo, é a “antimusa do direito penal”. Com as mudanças de paradigmas da criminologia, surgiu a criminologia crítica, que estuda os processos de criminalização como uma construção social do comportamento do criminoso, no entanto, essa evidência apenas a problemática de classe. Contudo, demonstra-se imprescindível pensar a criminologia através das noções de gênero e raça, não só considerando a categoria classe. Posto que a discriminação em razão do gênero e da raça são tão estruturais na sociedade que precedem o capitalismo. Ainda, a criminologia crítica feminista, deve incorporar as transformações do movimento feminista de terceira onda, e, portanto, evidenciar o debate do feminismo negro.

Nove anos após aprovada a Lei Maria da Penha, é criado no Brasil a tipificação do feminicídio com lei 13.104 de 2015. O feminicídio é, em regra, um ato contínuo da violência doméstica, por isso, são consideradas “mortes anunciadas”. A criação desse tipo penal foi impulsionada pelo fato de que o Brasil se encontra na quinta posição do ranking de países que mais matam mulheres no mundo. Importante aqui retomar a crítica já apresentada sobre a impossibilidade de o sistema penal proteger de maneira concreta as mulheres, pois esse tipo penal foi criado após a CPMI do Senado confrontar os dados de violência contra a mulher, e se o direito penal fosse efetivo nesse combate a Lei Maria da Penha já poderia ter diminuído o número de mortes de modo preventivo.

Além disso, considerando os debates durante aprovação do texto da lei 13.104/2015, é enfatizado o entendimento de que o legislador não é neutro, por isso, ignorando os debates do movimento feminista, não está presente o termo ‘gênero’. Logo, a proteção da lei é reduzida apenas para aquelas do “sexo feminino”. Igualmente verifica-se a dificuldade do sistema penal em atuar em casos em que o delito se refere a gênero, tendo em vista o apresentado quanto ao Tribunal do Júri.

Através da apresentação de dados ficou comprovado a dúvida inicial sobre a atuação do sistema penal quando seu demandante é uma mulher negra, ficou comprovada a sua vulnerabilidade e a naturalização da violência contra quem sofre com as opressões de raça, gênero e classe. Os dados demonstram que o número de mulheres negras assassinadas apenas aumentou nos últimos anos, enquanto o de mulheres brancas diminuiu, que a maioria das mulheres que morrem em razão de agressão são negras e que o canal de proteção das vítimas de violência doméstica é acessado majoritariamente por mulheres negras. Retoma-se, o feminicídio é ato contínuo de violências domésticas. Apesar disso, de 4.473 homicídios dolosos de mulheres, apenas 946 são considerados morte por “razões da condição de sexo feminino”. Impossível não relacionar com o discurso criminológico, pois o sistema seleciona aquelas que podem ser consideradas vítimas, e as selecionadas não são mulheres, negras e pobres. Consequentemente tornam-se parte da cifra oculta.

Por isso, a investigação da morte de Marielle demora mais do que a média de outros casos parecidos, pois ao fim e ao cabo, é a morte de uma mulher negra e favelada, que não foi selecionada para ser protegida pelo direito penal.

Finalmente, é identificada a necessidade de criação de outros meios de proteção da mulher negra, já que o direito penal apenas acentua a discriminação que essas vivenciam. Ainda, é patente a necessidade de dados estatísticos que estudam a questão de gênero e de raça, bem como de feminicídio que explana a questão de raça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. O que é Feminismo? São Paulo: Ed. Abril cultural; Brasiliense, 1985.

ANDRADE, Mailô de Menezes Vieira. Perspectivas Feministas Em Criminologia: a interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 146/2018, p. 435 - 455.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

_____. **Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima**: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. Criminologia e Feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

ASENSIO, Raquel et al. **Discriminación de Género en las decisiones judiciales: Justicia Penal y Violencia de Género**. Buenos Aires: Defensoría General de la Nación, 2010.

BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 19-80.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BAKER, Milena Gordon. **A Tutela Penal da Mulher no Direito Penal Brasileiro**: a violência física contra o gênero feminino. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BARBOSA, Lícia. **Feminismo Negro**: Notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.

BARBON, Júlia; Turollo Jr, Reynaldo. Brasil ultrapassa Rússia e agora tem 3ª maior população carcerária do mundo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 08 de dez. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1941685-brasil-ultrapassa-russia-e-agora-tem-3-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml>>.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERGALLI, R.; BODELÓN, E. "La cuestión de las mujeres y el derecho penal simbólico", en: **Anuario de Filosofía del Derecho**. Madrid, p. 43-73, 1992.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **InsURGência**: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, jan-jun, p. 198-210, 2015.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, Raça, Classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, vol. 2, n. 2, julho-dezembro de 2015, p. 27-55.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. Panorama do Acesso à Justiça no Brasil, 2004 a 2009. 2011. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/69f08fa6be2b411e6566b84bd1d4b5a.pdf>>. Acesso em: 27/08/2018.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm>.

BRASIL. Decreto nº 22.213 de 1932. Consolidação da Leis Penais. 1932. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/DominioPublico/72115/pdf/72115.pdf>>.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>.

BRASIL. Lei 13.641 de 07 de agosto de 2006. Brasília/DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> .

BRASIL. Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p. : gráfs., tabs.

BODELÓN, Encarna. Relaciones Peligrosas: género y derecho penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 29, p. 233 – 246, jan – mar. 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

CAMPOS, Carmen Hein de. Criminologias feministas: três possibilidades para a configuração de um campo de estudo. In: ANDRADE, V. R. P.; ÀVILA, G.N.; CARVALHO, G.M.. (Org.). **Criminologias e Política Criminal**. Florianópolis: CONPEDI, v. 01, p. 187-201, 2014.

_____. Violência de gênero e o novo sujeito do feminismo criminológico. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278297085_ARQUIVO_Violenciadegeneroesujeitonofeminismocriminologico1.pdf>. Acesso em: 25/10/2018.

CAMPOS, Carmem Hein de; CARVALHO, Salo. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: _____ (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma Perspectiva Jurídico-Feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 143-169, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Raça, gênero e ascensão social. *Estudos Feministas*, ano 3, 2º Sem. 1995.

_____. Mulher Negra. IN: **4 caderno Géledes**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>>. Acesso em: 16/07/2018.

_____. **Enegrecer o Feminismo**: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 08/08/2018.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. **O controle penal nos crimes contra o sistema financeiro nacional** (Lei n. 7.492, de 16 de junho de 1986). Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CLADEM. Contribuições ao debate sobre a Tipificação do Femicídio/Feminicídio, 2012. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/10/CLADEM_Tipificacao_Feminicidio2012.pdf>. Acesso em: 20/10/2018.

CLARKE, Chris. Gender, Crime and Criminology. **Manchester Law Review Crime and Ethics**, vol. 3, out. 2014, p. 88-100.

COLLINS, P. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 1991.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.spe, p.23-36, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30/06/20018.

COUTO, Maria Claudia Giroto do. Solidão e Risco no Campo dos Afetos: uma análise sobre violências simbólicas e fatais vivenciadas por mulheres negras. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 146, p. 539 – 556, ago. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002.

D CERQUEIRA; et al. Atlas da Violência 2018. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 31/10/2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2017

_____. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Debora et al. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 144, p. 225-239, mai-jun, 2015. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBC_Crim_n.114.07.PDF>. Acesso em: 16/10/2018.

_____. Alcance não tão longo. **ESTADÃO**, São Paulo, 14 Março 2015. Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,alcance-nao-tao-longo,1650511>>. Acesso em:

EATON, M. **Justice for Women? Family, Court and Social Control**. Londres: Open University Press, 1986.

ENGEL, Cíntia Liara; et al. Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

FÁBIO, André Cabette. A ‘investigação da investigação’ do caso Marielle pela PF. **NEXO** Jornal, 05 de nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/11/05/A-%E2%80%98investiga>

%C3%A7%C3%A3o-da-investiga%C3%A7%C3%A3o%E2%80%99-do-caso-Marielle-pela-PF>

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. **O legado da raça branca**. Vol. 1. Ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa; GOMES SILVA, Tauana Olivia. E as Mulheres Negras? Narrativas Históricas de um Feminismo à Margem das Ondas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1017-1033, out. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41527>>. Acesso em: 05/08/2018.

FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Violência de gênero e Direito Penal: análise da racionalidade da tipificação do feminicídio no Brasil. **Revista Fórum de Ciências Criminais**, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 241-272, jan./jun. 2016.

FINLEY, Lucinda M. **The Nature of domination and the nature of women: reflections on feminism Unmodified**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação de Mestrado em Direito -Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/5117>. Acesso em: 29/08/2018.

FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. O controle social e as mulheres negras: possibilidades e releituras para a criminologia feminista. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 135/2017, p. 487 – 518, Set. 2017.

FREITAS, Felipe. Novas perguntas para criminologia brasileira: poder, racismo e direito no centro da roda. Criminologia crítica, questão racial e racismo. Caderno do CEAS – **Revista Crítica de Humanidades**, n. 238, p. 500-526, 2016.

GAMA, Paulo Calmon Nogueira da. Ainda a fundamentação da sentença penal: reflexos (e reflexões) sobre a desigualdade jurisdicional criminal. **JUS – Revista da**

Associação Mineira do Ministério Público, Belo Horizonte, ano 42, n. 24, p. 165-189, jan./jun. 2011.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Ser mulher e escrava**. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

GOES, Luciano. A Tradução do paradigma etiológico no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues na perspectiva centro-margem. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GONÇALVES, Renata. O Pioneirismo de a Mulher na Sociedade de Classes. In: SAFFIOTI, Heleieth (Org.). **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**, 3ª edição. São Paulo: editora Expressão Popular, 2013.

GOULD, Stephen Jay. A falsa medida do homem. Tradução: Válder Lellis Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 211-221, Dec. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000300023&lng=en&nr m=is>. Acesso em: 04/07/2018.

GURGEL, Telma. Feminismo e Luta de Classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. Disponível em: <<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASS.pdf>>. Acesso em: 02/07/2018.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Femicídio: #InvizibilidadeMata, 2017. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/feminicidio>>.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 03/11/2018.

KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996.

LAGARDE, Marcela. Del Femicidio al Femicidio. **Desde el Jardín de Freud – Revista de psicoanálisis**, Bogotá: v. 6, p. 216-225, 2006.

LARRAURI, Elena. **Mujeres y Sistema penal: violência doméstica**. Montevideo, Uruguai/Buenos Aires, Argentina: Editorial B de F, 2008.

MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 813-817, set. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300013>>. Acesso em: 14/07/2018.

MACHADO, Marta Rodrigues de Assis (coord.). **A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015. v. 1. Disponível em: [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cejus_FGV_femicidiointimo2015.pdf].

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, June 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200006&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 18/07/2018.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. **A Segunda Onda Feminista no Brasil**. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 19/07/2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 567-583, jan. 2005. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300006>>. Acesso em: 14/07/2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01/11/2018.

MOHANTY, C. T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2*, Durham, v. 12, n. 3, **On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism**. Spring - Autumn, 1984, pp. 333-358. Disponível em: <http://www2.kobeu.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf>. Acesso em: 06/07/2018.

MOLYNEUX, Maxine. **Movimientos de Mujeres en América Latina: un estudio teórico comparado**. Madrid: Catedra: Universidad de Valencia, 2003. p. 269.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

NARVAZ, Marta; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, vol. 11, nº 3, Maringá, 2006, pp.647-654. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722006000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/07/2018.

NEPOMOCENO, Alessandro. **Além da Lei: a face obscura da sentença penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. O Movimento Feminista: algumas considerações bibliográficas. In: **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf>.

PASINATO, Wânia. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>>. Acesso em: 31/10/2018.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução Marta Avancini. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. Bauru: Editora Jalovi, 1980.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 30/06/2018.

POTTER, Hillary. **An Argument for Black Feminist Criminology**: Understanding African American Women’s Experiences with Intimate Partner Abuse Using an Integrated Approach. *Feminist Criminology*, University of Colorado, v. 1, n. 2, p. 106-124, 2006.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Criminologia Crítica no Brasil e os estudos críticos sobre branquidade. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 1, p. 70-84. 2018.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Classe, Raça e Gênero na Luta por Direitos do Movimento Negro. **InSURgência**: revista de direitos e movimentos sociais. Brasília: IPDMS; PPGDH/UnB; Lumen Juris, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2015, p. 72-100.

RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana E. H. **Femicide: The Politics of Woman Killing**. Nova York: Twayne Publishers, 1992.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, jan. 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459>>. Acesso em: 07/08/2018.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Editora Guanabara, 1895.

SAFFIOTI, Heleieth B. Feminismos e seus frutos no Brasil. In: SADER, Emir (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2ª reimpressão. São Paulo: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**, 3ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SAGOT, Montserrat. Los limites de las reformas: violencia contra las mujeres y políticas públicas em América Latina. **Revistas Ciencias Sociales**, Universidad de Costa Rica, n.2, vol. 120, p. 36-48. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15312721004>>. Acesso em: 21/09/2018.

SANTANA, Ediane Lopes. As Mulheres Contra o Patriarcado e as Relações Desiguais de Gênero: aspectos teóricos e práticos no combate às opressões. In: **Universidade e Sociedade**, Andes, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1294143947.pdf>>. Acesso em: 15/07/2018.

SIQUEIRA, Camilla Karla Barbosa. As Três Ondas do Movimento Feminista e suas Repercussões no Direito Brasileiro. In: **XXIV Congresso Nacional do CONPEDI**. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>>. Acesso em: 11/07/2018.

SMART, C. La Mujer del Discurso Jurídico. In: LARRAURI, Elena. **Mujeres, Derecho Penal y Criminología**. Madrid: Editorial Siglo XXI, 1994.

SOARES, Cecília Moreira. Mulher negra na Bahia do século XIX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal da Bahia: 1994.

SOUZA, Luciano Anderson de; FERRAZ, Júlia Lambert Gomes. Desvios na Construção de um Direito Penal de Gênero: um problema chamado Poder Legislativo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 147, p. 459 - 477, Set. 2018.

STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp 1517 PR 1991/89.12160-0. Relator: Ministro José Cândido. Dj: 15/04/1991. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/100908/Julgado_1.pdf>.

TELES, Maria Amélia. **Breve História do Feminismo no Brasil**. 1ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense. 1999.

TIMOTEO, Carolina Quieroti. As Transformações do Movimento Feministas no Brasil e sua Relação com a América Latina. In: **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. Anais...Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/v7_carolina_GVII.pdf>. Acesso em: 02/07/2018.

TRUTH, Sojourner. **Ain't I a Woman?**. Women's Convention in Akron. Ohio, 1851. Tradução livre. Disponível em: <https://www.northbergen.k12.nj.us/cms/lib05/NJ01000984/Centricity/Domain/590/Aint_I_a_Woman_Sojourner_Truth.pdf>.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados. Rio de Janeiro: **Globo**, 07 de mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>>.

WASELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1 ed. Brasília. 2015. Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>.

WHITE, E. O amor não justifica: mulheres negras e violência doméstica. In: WERNECK, J. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A Mulher e o Poder Punitivo. In: Comitê Latino Americano e do Caribe em Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). **Mulheres: Vigiadas e Castigadas**. São Paulo: CLADEM, Brasil, p. 419-446. 1995.

